ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

27 DE DEZEMBRO DE 2013

No dia 27 de dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação das atas: sessão ordinária de 06 de setembro de 2013 e ata de 18 de outubro de 2013, da Instalação dos Órgãos Municipais.
2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
4- **Período da Ordem do Dia:**
   4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
   4.2 – Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2014;
   4.3 – 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;
   4.4 – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.) – 2014;
   4.5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2014;
   4.6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal:
      4.6.1 – Na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
      4.6.2 – No Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 07 de outubro.
   4.7 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para:
      4.7.1 – Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP;
      4.7.2 – O Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro;
      4.7.3 – A Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro;
      4.7.4 – O Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003 de 22 agosto e pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro;
      4.7.5 – A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro;
      4.7.6 - O Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 5.º do Regulamento n.º 364-A/2013, da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.
   4.8 – Proposta de Regulamento da Incubadora Tua Start;
   4.9 - Projeto de Modernização Administrativa no Âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – Fase 2.
5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE ..... **José Manuel Lemos Pavão**
1.º SECRETÁRIO..... **Humberto António Cordeiro**
2.º SECRETÁRIO..... **Maria Eduarda Freitas Neiva Rosa**

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 38 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 60 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

José Baltazar Gomes Aguiar, Rita Messias, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa e André Batista Geraldo.

Justificação de Faltas:
- José Baltazar Gomes Aguiar: sessão de 27 de dezembro de 2013.
- Rita Messias: sessão de 27 de dezembro de 2013.
- Edgar Alberto Pires: sessão de 27 de dezembro de 2013.
- José dos Santos Sousa: sessão de 27 de dezembro de 2013.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco e os Vereadores José Manuel Correia de Morais, Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo, Manuel Carlos Pereira Rodrigues e João Maria Casado Figueiredo.

Presidente da Assembleia Municipal:
Temos condições de iniciar esta sessão da Assembleia, que é a primeira deste período autárquico e cumpre-me como Presidente da Mesa, fazer as saudações habituais.

Cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, todos os Srs. Membros desta Assembleia, cidadãos, representantes da autoridade que eventualmente estejam aqui, desejar-lhes que as festas natalícias tenham decorrido de acordo com os desejos de cada um e já agora, que o Ano Novo que se aproxima, traga a todos, nesta circunstância de representantes autárquicos do povo do nosso concelho e na perspetiva familiar, os melhores desígnios.

Aproveitava, dado que esta é a primeira sessão, para fazer uma saudação muito amistosa a todos aqueles que representam os eleitores Mirandelenses, quer sejam repetentes nesta circunstância de rotatividade, quer venham pela primeira vez.

E para aqueles que vêm pela primeira vez representar o povo do nosso concelho, lembro que existe uma carta de procedimentos, que se chama "Regimento" que eu desejo e recomendo vivamente que leiam atentamente, porque é um conjunto de normas, às quais temos de nos submeter e que esta mesa tem que fazer respeitar, para que esta Assembleia, tal como tem acontecido até aqui, seja uma Assembleia exemplar, empenhada e sobretudo, que exerça aquele conteúdo de normas, que têm todas as assembleias.

A Assembleia é uma entidade fiscalizadora, mas é também uma entidade colaboradora sobre o Executivo Camarário. E fiscalizar, em termos democráticos "minhas Senhoras e meus Senhores, Srs. Deputados" é uma honra, não é nenhuma ação de vigilância, é bem pelo contrário, uma ação de crítica pura, de crítica elevada e naturalmente de colaboração com o Executivo.

Eu lembrava a todos os Srs. membros desta Assembleia que este Regimento tem duas partes importantes: uma parte para ouvir os Srs. Munícipes, que será sempre a primeira e a última no nosso Regimento, mas tem um Período de Antes da Ordem do Dia, onde são discutidos os assuntos a que o Sr. Presidente da Câmara pode responder ou não. E depois há um Período da Ordem do Dia, com assuntos agendados, que serão objeto de conhecimento, de análise e de estudo de todos nós, para poderem ser debatidos com substância e com profundidade e que na parte final merecem o voto, para que tomem uma decisão.

É claro que os Srs. deputados podem pedir a palavra, podem intervir, a Mesa estará atenta à concessão ou não desses pedidos, mas nós temos funcionado muito bem até aqui, acho que temos sido exemplares.

Recordo que esta Assembleia foi pioneira, no nosso país, de iniciativas de debate democrático no que respeita ao significado e à importância das Assembleias Municipais. Nada tinha sido feito em Portugal, antes de nós o fazermos. Foi em 2012 e em 2013 e portanto temos boas razões de nos orgulharmos desse tipo de comportamento.

Mas já que falamos em comportamento, deixem-me também lembrar-lhes que partimos para mais um período de atividades autárquicas, muito bem acompanhados, porque tanto quanto tive conhecimento, (eu já sabia) através da Comunicação Social, o nosso Executivo Camarário foi classificado como um dos melhores, em questões de transparência e de aproximação de cidadãos e naturalmente que nós nos congratulamos muito com isso.

Pedia a cada grupo municipal o favor de nos fazer chegar, por escrito, o nome do seu representante de líder municipal. Como sabem, compreende-se, porque é muito importante que a mesa tenha um contato direto, imediato e muito próximo com o representante municipal, para resolver assuntos de natureza comum. E é importante também que nos comuniquem se esse representante será o futuro membro daquela Comissão Permanente, que eu reputo de muito importante, para tratar de todos os assuntos relativos à Assembleia e à relação, não só com os munícipes, com os próprios deputados, mas também com o Executivo Camarário. Façam o favor de nos fazerem chegar essa informação o mais breve possível para resolvermos algumas questões.

Ocorre-me também dizer a esta Assembleia, que soube pela Comunicação Social, uma vez que já tinha saído do Porto, que faleceu ontem o Dr. Albino Aroso, um homem que teve muita responsabilidade no planeamento familiar e no combate à mortalidade Neo Natal e recordar a todos, porque muitos dos que aqui estão foram participantes ativos nesse ato, que nesta mesma Assembleia, estivemos a debater as questões da assistência Neo Natal em Portugal, num período muito entusiasta e relativamente crítico entre nós, quando Mirandela foi despojada da sua maternidade e que o Dr. Albino Aroso, Presidente da Comissão Nacional Neo Natal, em Portugal, veio aqui dizer que de facto, não tinha sido essa a decisão da Comissão e portanto a mudança, recordo a todos, foi por uma decisão política que essa maternidade saiu de Mirandela.

Não sei se aos Srs. Líderes dos grupos municipais isso lhes diz alguma coisa, se cabe algum sentimento e naturalmente poderiam agregar-se e remeter à Mesa uma nota sobre este acontecimento funesto.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS: SESSÃO ORDINÁRIA DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E ATA DE 18 DE OUTUBRO DE 2013, DA INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos proceder à votação das atas, que todos receberam, a de setembro e a de outubro.
Vamos votar em separado, primeiro a de setembro.
Perguntava aos Srs. deputados se alguém quer fazer alguma recomendação sobre a ata de setembro.
Não registamos nenhum pedido de esclarecimento, vamos votá-la.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Uma abstenção da parte do deputado David Garrido.
Aprovada com uma abstenção.
O Sr. Garrido quer fazer uma declaração oral sobre a ata de setembro. Faça favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
Não estando eu em setembro, não posso votar.

Presidente da Assembleia Municipal:
A propósito da intervenção do Sr. deputado David Garrido, eu aproveitava para lembrar que é regimental, que de cada vez que se faz uso da palavra, a norma regimental é: "Sr. Presidente, Srs. Deputados".

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):
Sr. Presidente, Srs. deputados.
Basicamente era para dizer e fazer das minhas palavras, as do deputado Garrido. Todos aqueles que não estiveram aqui no mandato anterior, abstêm-se na votação da ata de 06 de setembro.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Bom dia a todos.
O resultado da votação para a ata de 06 de setembro, foi o seguinte:
Votos contra, 0
Abstenções, 8
Votos a favor, 49
Aprovada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 06 de setembro de 2013.

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos fazer a votação da ata de outubro.
Quem vota contra?
Quem se abstém?

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):
Muito bom dia Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários e Srs. Deputados.
Esta minha abstenção deve-se a uma coerência comigo próprio. É que não tendo feito parte desta Assembleia Municipal, não posso votar contra nem a favor. Foi por isso que me abstive.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
O resultado da votação da ata de outubro, foi o seguinte:
Votos contra, 0
Abstenções, 1
Votos a favor, 49
Aprovada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata de 18 de outubro de 2013, da instalação dos órgãos Municipais.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Foram-nos informadas várias substituições, que vou passar a referir:
A deputada Rita Messias vai ser substituída pelo Sr. Carlos Fraga.
O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, vai ser substituído pelo sr. Secretário da Junta de Freguesia, "Armindo José Esteves".
O sr. deputado José Baltazar Aguiar, vai ser substituído pelo sr deputado "Fábio Correia."
O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, vai ser substituído pela srª. Secretária da Junta de Freguesia "Ana Lúcia Miranda Almeida".
Se por acaso algum dos Srs. deputados quiserem o cartão de membro da Assembleia, façam o favor de entregar uma fotografia à Srª D. Natividade.

Presidente da Assembleia Municipal:
Fazemos uma recomendação aos Srs. membros desta Assembleia, que o envio da ata e de outras informações, será preferencialmente através de correio eletrónico. Se os Srs. deputados porventura não se derem bem com esta metodologia, ou se preferirem outra, deverão notificar a Mesa, sobre esse aspeto.
As alterações serão feitas o mais atempadamente possível, porque senão só no período seguinte é que poderão ser feitas.

PONTO 2 – 1.º PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidente da Assembleia Municipal:
Perguntava se está alguém do público que queira usar da palavra? Não está. Passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Presidente da Assembleia Municipal:
Eu pedia o favor aos Srs. deputados de fazerem a sua inscrição.
Regimentalmente temos uma hora e neste período serão divididos os 60 minutos por todas as inscrições.

Secretário da Assembleia Municipal:
Inscreveram-se os seguintes deputados:
Isabel Barreira; Odete Ferreira; David Garrido; Carlos Fraga; Pedro Beato; José Almeida; Nuno Sousa; António Figueiredo; Dinis Veiga e José António Costa Ferreira:

Presidente da Assembleia Municipal:
Srs. deputados, pedimos o favor de terem em consideração que há dez inscrições, cabem seis minutos a cada um.Tem a palavra srª deputada Isabel Barreira.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa. Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Exm.º s Srs. Deputados Municipais.

Em meu nome e em nome da bancada do Partido Socialista, gostaria de apresentar as minhas felicitações à Dr.ª Elina Fraga, minha estimada colega, recentemente eleita como bastonária da Ordem dos Advogados Portugueses.

Como todos se recordarão, a Dr.ª Elina Fraga, além de uma profissional de Excelência, que exerceu a advocacia inscrita pela comarca de Mirandela, fez parte desta Assembleia Municipal em mandatos anteriores, eleita pelo PSD, tendo desde sempre, dado com as suas intervenções, um contributo inestimável, para o enriquecimento do debate político, adotando uma conduta de grande dignidade e elevação, nomeadamente na forma como se dirigia aos deputados, eleitos pelos partidos da oposição.

Foi com esta forma de estar e de agir que pautou também a sua atuação nos últimos seis anos, ao serviço da Ordem dos Advogados Portugueses, primeiro como Vogal do Conselho Geral e depois como Vice Presidente, assumindo a sua intervenção particular relevância, nos últimos três anos, em temas tão sensíveis como a organização do Mapa Judiciário, que prevê a desqualificação e o encerramento de Tribunais, de Norte a Sul do país,

Tem sido por isso de salientar a participação e intervenção ativa da Ordem dos Advogados, que através da Dr.ª Elina Fraga, tendo em vista a defesa dos "Direitos, Liberdades e Garantias" dos cidadãos, tem manifestado publicamente a sua discordância, relativamente à forma como vem sendo administrada a justiça, neste país.

A sua eleição como bastonária da Ordem dos Advogados, foi assim o culminar de um trabalho desenvolvido ao serviço da advocacia, dos cidadãos e do estado de direito, cuja continuidade, estamos certos que estará assegurada e reforçada.

Um grande bem haja à Dr.ª Elina Fraga e se não tiver a disponibilidade de me dirigir a vós, nesta Assembleia novamente, continuação de Boas Festas e um Bom Ano Novo.

Deputado Municipal Pedro Beato (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e membros da mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Senhoras (es) presentes. Considero a minha intervenção como um cumprimento a esta Assembleia e à Câmara Municipal.

O Município de Mirandela obteve um bom resultado, num estudo realizado pelo TIAC (Transparência, Integridade Associação Cívica), o que revela uma visão estratégica da autarquia na utilização dos instrumentos de comunicação digital enquanto instrumentos de transparência da sua atuação. O ranking teve como base a análise de conteúdos de informação disponibilizados por 208 Câmaras, composto por 76 indicadores.

A associação referida tem como presidente um conhecido membro desta Assembleia, o Doutor Luís Sousa e como Vice-presidente o Dr. Paulo Morais, ambos com intervenções públicas regulares nas causas e estudo da corrupção em Portugal. Mais importante do que os critérios de análise, que devem ser uniformes para todas as Câmaras, por isso generalistas, é a importância dos fins que formam a respetiva Associação no contexto da vida política.

Assim, a transparência é uma prática social fundamental, pois relaciona-se diretamente com a qualidade de vida, na medida em que, a acessibilidade à informação estabelece confiança entre as partes.

A integridade, é um procedimento, um código de conduta que nos faz ver a importância das Leis e dos Regulamentos.

A componente cívica reflete os nossos deveres (fundamentais) para a vida coletiva.

No campo político, qualquer cidadão tem o direito de saber se a informação que lhe proporcionam corresponde à realidade.

Levar ao cidadão as informações sobre o trabalho institucional da Câmara, o debate político, os projetos que vão alterar a realidade da vida das pessoas... é ampliar a possibilidade de interagir e participar na vida coletiva.

Neste contexto podemos verificar algumas atividades relevantes, desenvolvidas pelo Município, no âmbito das novas tecnologias:

- "Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Mirandela certificado pela SGS (organismo líder mundial em certificação), que abrange todas as atividades de Gestão do Município de Mirandela. A política ganha mais capacidade e alarga a participação se o cidadão interagir com as instituições.

- "Câmara Municipal de Mirandela dá mais um passo na modernização administrativa". No caminho virtual, a Internet amplia essa participação e origina novos procedimentos nos hábitos públicos, como refere o texto: "permite ao munícipe comunicar, aceder, ver a informação de qualquer assunto que lhe diga respeito e escolhe a forma de se relacionar com o município".

- "Agenda Digital Local" que "tem como objetivo aproximar a administração local dos cidadãos e das empresas pela via digital..." A transparência no uso do dinheiro público fortalece a democracia e facilita os caminhos de comunicação com o povo.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados, e o Executivo.

As minhas primeiras palavras são de azia, porque fazer uma Assembleia Municipal entre o Natal e o Ano Novo, deu-me de facto uma determinada azia. Não dá para estar com a família, não dá para preparar nada, tive que vir a correr do Porto para aqui, para vir à Assembleia.

Creio que antes do Natal e uma vez que temos novembro e dezembro para fazer a Assembleia, era preferível, do que intercalar entre estas duas datas, que são muito importantes.

Relativamente à minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, dirigia-me ao Executivo para saber se tem mais algum conhecimento, relativamente ao Laboratório de Análises da Quinta do Valongo.

Se sabe e se tem conhecimento da transferência de várias valências do Hospital de Mirandela para Bragança.

Em que pé está a manutenção da linha do Metro de Mirandela a Carvalhais? Tenho conhecimento que a REFER, que faz a manutenção entre Mirandela e o Cachão, não a está a fazer entre Mirandela e Carvalhais. Pode já estar a ser feita. Mas quando me foi dito por alguém que trabalha lá, ainda não estava a ser feita.

Como está a situação do Cachão?

Agora, para a Mesa da Assembleia:

O Regimento tem que ser alterado, uma vez que foi alterada a lei, foi alterado o número de eleitos e o número de Presidentes de Junta, não sei se vai ser feita uma comissão.

Em que situação está o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, se se mantém o mesmo ou se também integra elementos da nova Assembleia.

Sobre as atas, eu pretendo que as atas me sejam disponibilizadas em papel.

Se verificarem, quase 500 folhas eram necessárias para o que foi enviado para o email. Eu, que pago para estar aqui, não tenho que pagar tinteiros e papel, etc.

Também queria receber em papel, para poder fiscalizar, as atas da Câmara Municipal, através das atas ia vendo a atividade do município.

Também estranhei não haver o livro de ponto para nós assinarmos quando entramos...é só quando é saída? Quer dizer que eu posso vir aqui só quando saio, assino o ponto e está feito. Acho que devia ser assinado à entrada e à saída.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado José Eduardo Almeida, deixe-me informar esta Assembleia que é propósito da Mesa, rever de novo o Regimento, face às alterações havidas até aqui.

A questão da ata é uma preocupação permanente. O que desejamos é que a ata seja tal qual, um espelho verdadeiro sobre o que se passou numa Assembleia, que chegue aos Srs. deputados. Mas há sempre questões em falta, como houve na última e que a Mesa está pronta para dar explicações.

No que respeita à assiduidade e à participação, esta Mesa não se cansou de chamar a atenção dos Srs. deputados, porque merecem profundo respeito, são representantes do povo e têm por obrigação de estar e cumprir o que está determinado. A convocatória marca o dia tantos e a hora. Em razão disso, partimos do princípio que todos cumprem os seus deveres regimentais.

Mas se esta Assembleia entender, através das suas comissões ou através de outra iniciativa qualquer, que deve haver outro tipo de fiscalização da assiduidade, a Mesa naturalmente que está recetiva a essa imposição.

Deputado Municipal José Eduardo Almeida (PSD):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr.ª e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª e Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta e Eleitos Municipais, Comunicação Social, minhas Sr.ª s e meus Senhores.

Em primeiro lugar apresento os meus cumprimentos a todos os elementos desta Assembleia Municipal, dando as boas vindas aos que se apresentam pela primeira vez nesta tão nobre missão e desejar-lhes as melhores felicidades no seu trabalho, juntando a sua voz a todas aquelas que defendem os interesses de Mirandela e dos Mirandelenses.

A minha intervenção de hoje, serve apenas para ajudar a fazer uma reflexão sobre o que foi, o que é e o que poderá a vir a ser o Aero Clube de Mirandela. Fundado em 16 de abril de 1946, teve um período de inatividade a partir de 1979 e passados dez anos, retomou a sua atividade.

Já nesse tempo, de 1947 a 1949, o clube organizava cursos de pilotos, festivais aéreos e até etapas anuais das voltas a Portugal e Ibéricas.

Mas eu quero falar do presente e do futuro, não podendo deixar de agradecer aos dirigentes e entusiastas que contribuíram durante dezenas de anos, para que o Aero Clube de Mirandela seja o que é hoje e o que pode representar no futuro para Mirandela.

A nova direção do ACM, tomou posse em 17 de novembro de 2013. O seu Presidente, Sr. Comandante Manuel Rodrigues, traçou na tomada de posse dos órgãos sociais, objetivos claros e muito

interessantes para o futuro do Aero Clube, enaltecendo a excelente localização, as magníficas condições meteorológicas e todo o espaço aberto envolvente à pista, com uma visibilidade que muito agrada aos apaixonados pela aeronáutica, fazendo com que seja considerado um dos melhores aeródromos do norte de Portugal, para além da hospitalidade que nós, Mirandelenses, tão bem sabemos fazer.

A atividade aeronáutica do clube centra-se em três modalidades:

- Ultraleves
- Parapente
- Aeromodelismo

Possui uma Escola de Pilotagem para formar pilotos de ultraleves tendo já neste momento cerca de vinte pilotos a voar com alguma regularidade o que dá um movimento muito agradável ao clube.

A secção de Parapente conta com dez pilotos e tem como objetivo a criação de uma Escola de Parapente e o Aeromodelismo irá dar os seus primeiros passos uma vez que as condições geográficas e climatéricas estão associadas à vontade dos responsáveis para desenvolver, com relativa facilidade, esta modalidade.

O Aero Clube tem tido contactos de Planadores, pilotos de Ultraleves e Aeromodelistas para utilizarem as infraestruturas do Aeródromo Municipal de Mirandela, dadas as ótimas condições que lhes são proporcionadas.

Mais recentemente os responsáveis do projeto PAIC – Portuguese Aerospace Industry Consortium, criado ao abrigo do Contrato de Contrapartidas entre o Estado Português e vários consórcios e o Aeródromo Municipal de Mirandela foi o escolhido para se realizarem testes de voos da aeronave PAIC-SP01 e de outras aeronaves, as quais ao longo de três meses foram alvo de intensivo estudo com o objetivo de desenvolver estas aeronaves não tripuladas, conhecidas pelas "UAS".

Pelo potencial em curso e para desenvolver ainda mais estas e outras atividades que esta direção tem planeado organizar e pelo interesse que pilotos de toda a região têm demonstrado, o aeródromo necessita naturalmente de melhorar as infraestruturas aeroportuárias.

A Junta de Freguesia de Mirandela está disposta, em consonância com as suas modestas possibilidades financeiras e a Câmara Municipal, como aliás tem vindo sempre a fazer nos últimos anos, tendo gasto 380.000 € (trezentos e oitenta mil euros) com o pavimento da pista, não ficará alheia a estas necessidades e estou certo que qualquer investimento que ali se faça trará um retorno a Mirandela muito considerável.

Aproveito a oportunidade para desejar ao Aero Clube e a todas as Associações Desportivas, Culturais e Recreativas de Mirandela um Feliz Ano de 2014, com desejos de grande sucesso na formação e nas competições em que cada uma delas está inserida, assim como a todos os Mirandelenses, principalmente os que lutam pela sua saúde e por condições de vida mais dignas.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):

Bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais, espero que tenham passado um bom Natal junto das vossas famílias e amigos, que não tenham abusado muito nas filhós, nas rabanadas e nos sonhos. Eu, pelo menos, abusei nos sonhos...

A questão que eu venho aqui questionar o Sr. Presidente da Assembleia é sobre uma intervenção que o meu colega fez na Assembleia Municipal de 28 de junho e que tem a ver com o relatório das empresas participadas, que de acordo com a Lei n.º 2/2007, no seu n.º 2, do art.º 47.º, prevê que as contas desses relatórios acompanhem também o relatório de atividades da Câmara Municipal. Na altura foi solicitada a extração da ata, para ser enviada ao Tribunal de Contas.

O que eu pretendia saber, é se tal procedimento já teve lugar. É um ponto.

O outro ponto, e na sequência do que o Sr. deputado Pedro Beato referiu sobre a transparência do site da Câmara, de facto é de louvar e felicitar o bom caminho que a Câmara está a seguir nesse sentido, mas também referir que aquilo diz respeito á informação digital que se disponibiliza no site da Câmara, não se refere à atuação da Câmara, por exemplo em matérias de luta contra a corrupção ou no respeito pelo direito da oposição, porque o site, como sabe, não tem uma página desse site, dedicada aos partidos da oposição e deveria ter, na minha lógica, se queremos ser transparentes e íntegros deveria ter essa disponibilidade de informação. Mas eu estou em crer que um dos coordenadores desse inquérito, estará disponível, até porque é da terra, para vir aqui falar sobre isso e explicar detalhadamente, o que é que esses 78 parâmetros referem, relativamente ao que é transparência, ao que é integridade.

Mais um outro ponto. Naturalmente felicitar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, pela festa que realizou para as crianças da sua freguesia, na qual tive muita honra de estar presente, pena é que o Executivo em permanência não tenha tido agenda para estar disponível, pelo menos um elemento, mas são de louvar essas iniciativas, esperando que outras freguesias possam fazer o mesmo com as suas crianças, noutras alturas do ano ou no próximo Natal.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais presentes.

Antes de mais e sendo a primeira Assembleia após a tomada de posse e estando nós ainda dentro de um período que se quer e que pugnamos por que continue a ser festivo, desejo que tenha sido passado nas melhores condições, pelo menos com saúde, não direi abundância, mas com o necessário nas casas de toda a gente.

Aproveito também o ensejo para dizer que realmente não concordo com esta data. Acho que já tem sido dito em anos anteriores, que devia ser antes do Natal, até porque há pessoas que tiram umas mini férias, pronto há ausências e que têm todo o direito e que perturba os planos pessoais das pessoas e parece-me perfeitamente desnecessário.

Na intervenção propriamente dita, eu começo por chegar à colação, duas frases da canção do Sérgio Godinho, que diz o seguinte, sobre liberdade.

A canção chama-se "Liberdade"

"*Só há liberdade a sério quando houver "A paz, o pão, habitação, saúde e educação"*

Não pensem que vou falar do 25 de Abril, nem tão pouco desse período ou desses ideais, mas porque é pertinente relativamente à gestão do nosso território.

A questão da paz, fazemo-la, acredito que é possível que os homens de boa vontade a façam, porque mundialmente continuo a achar que é uma utopia, ela não existe. E aliás se concretizar em paz social, neste momento, nem sequer a há no nosso pais.

Relativamente ao pão, no sentido geral, felizmente toda a gente conhece os casos que estão a acontecer, nomeadamente a quem quer trabalhar e não há trabalho, já para não falar em toda a envolvência, a saída atroz, sobretudo de jovens.

Saúde e educação, isso eu deixo para outro lado, porque aqui ainda não afeta assim muito. Sobretudo a nível de educação, as políticas do Sr. Ministro Crato ainda não chegaram em grande pujança, porque não temos pelo menos em Mirandela, a grande concorrência dos colégios privados. Deixo para outra altura alguma intervenção, se achar oportuno.

Então, esta intervenção dirige-se essencialmente á questão da habitação. E aqui, a autarquia tem de facto, poderes e eu digo porquê.

Já não refiro a falta de habitação social que foi prometida há uma série de anos, não vou focar esse aspeto, mas vou focar o que existe de facto.

E o que existe de facto, em algumas "casas sociais", que tanto quanto é do meu conhecimento, (eu não diria devolutas) não estão habitadas.

A bancada do Partido Socialista pretende:

a) Que lhe seja fornecida a elencagem das casas sociais pertencentes à autarquia.

b) Se estão todas efetivamente a ser habitadas.

c) Quais as que pertencem a outras entidades / organismos.

d) Se estão todas a ser habitadas.

e) As que não estão a ser habitadas, que seja exercido por parte da Câmara Municipal de Mirandela, um magistério de influência eficaz, de forma a que nenhuma casa dita social, esteja por habitar.

Quem está ligado à educação e coisas afins, sabe que há sem abrigos, que há pessoas a viver na rua.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Antes de mais nada, bom dia a todos e continuação de Festas Felizes e um Bom Ano.

Desejar também ao Sr. Presidente da Assembleia, aos Srs. Secretários, ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, um Bom Ano.

Eu reitero as palavras da membro da Assembleia Municipal Isabel Barreira que aqui referenciou na sua primeira intervenção, sobre a Advogada Elina Fraga. Ela era uma pessoa bastante querida em relação a esta bancada e também sobre a nova Bastonária que tanto enriqueceu esta Assembleia, com a sua capacidade municipal, com a sua crítica construtiva. Em suma, com a sua valorização desta aula magna, que é esta "Assembleia".

Assim, o grupo parlamentar do PSD, congratula-se pela sua eleição para o Órgão de Bastonária da Ordem dos Advogados e propõe-se dar conhecimento aos Órgãos de Comunicação Social local e à Exm.ª Sr.ª Bastonária Elina Fraga.

Uma outra recomendação que eu tinha aqui e como eu participei na revisão e sou um dos elementos que participa na Comissão de Acompanhamento, conforme eu tinha dito aos Srs. membros da Assembleia Municipal, que tudo o que se fizesse em termos de revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, eu iria dar conhecimento a V. Ex.ª s.

Então, no dia 11 de setembro de 2013, às 14,30 horas, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, em que a sua Presidente, a chamada "Rate", que é a Exm.ª Sr.ª Eng.ª Rute Teixeira, informou (e uma pertinência da minha parte em relação a esse mesmo plano) o que se propunha dentro dessa reunião do dia 11, que era aprovação da RAN Bruta "Reserva Ecológica Nacional". E relativamente, eu pedi um esclarecimento à Sr.ª Presidente da Comissão, em representação da Assembleia Municipal de Mirandela, sobre construções aprovadas e já existentes em REN.

Quanto à questão da RATE, em que é a Sr.ª Eng.ª Rute Teixeira, esclareceu que tratando-se de construções em REN, devidamente licenciadas, o regime daquela restrição de utilidade pública, permite a

sua manutenção e eventual ampliação. Acrescentou ainda que o atual regime até é mais permissivo, no que toca em alguns sistemas, às construções de habitação. A RATE emitiu parecer favorável à proposta da REN, de acordo com a informação da CCRDN, que será anexa ao parecer, dando conhecimento relativamente ao pedido de exclusão dum E7, no ponto 22.º, que todos os representantes que estavam nessa reunião, tinham que dar o seu parecer.

E eu, o Arquiteto "*Antonio Figueiredo*", em representação da Assembleia Municipal de Mirandela no ponto 22.º, emitiu parecer favorável, tendo em conta que à posteriori, as edificações licenciadas na Câmara Municipal ou outras em fase de licenciamento, não sejam inviabilizadas, em relação à alteração ou ampliação.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Novamente bom dia Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Almor Branco, Sr. Vereador Manuel Rodrigues, Sr.ª Vereadora Deolinda Ricardo e também os Srs. Vereadores em regime de não permanência, Dr. José Manuel Morais e Eng.º João Casado, Público presente e Comunicação Social.

Permita-me o Sr. Presidente da Mesa que utilize este meu tempo ao abrigo do Regimento desta Assembleia, no seu artigo 27.º, alínea e).

Nessa consonância passo a apresentar:

Voto de Felicitações

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 27/12/2013, Carlos José Fraga vem submeter para deliberação e aprovação um voto de Felicitações à Exm.ª Senhora Dr.ª *"Elina Marlene Sousa Fraga"*, a qual foi recentemente eleita para o cargo de Bastonária da Ordem dos Advogados e que tomará posse no próximo dia 10 de janeiro de 2014.

Transmontana de gema que muito nos honra e a quem desejamos que desempenhe de forma elevada o seu mandato. Em tão nobre cargo possa contribuir com o seu trabalho para uma advocacia genuína em Portugal e ao serviço pleno da justiça para o bem de todos os cidadãos. Seja a mui ilustre conterrânea, uma personalidade de referência e mérito a nível nacional.

Aproveitamos ainda para agradecer enquanto deputada desta Assembleia, o contributo que deu desde 2001 a 2011.

O teor deste voto de felicitações e consequente deliberação, deverá ser enviado em tempo útil para:
Ordem dos Advogados
Sr.ª Bastonária eleita Dr.ª Elina Fraga
Comunicação Social.

Passo a apresentar outro voto.

Voto de Pesar

Faleceu a 28 de outubro de 2013 com 75 anos de idade, "*José Ricardo Costa*", mais conhecido por "*Zé Menor*".

Brutalmente esmagado por um carro no Largo de S. Miguel, junto ao chafariz fechou-se tragicamente para ele a torneira desta vida.

Disse quem o viu momentos antes que tranquilamente escutava o relato do jogo Ninense – S. C. Mirandela. Atento, não marcava golos é certo. Todavia, jornada após jornada, somava pontos como ninguém. Pois era ela o mestre que no silêncio dos últimos trinta anos cuidava zelosamente das roupas dos atletas profissionais e dos jovens do Sport Clube de Mirandela.

Roupeiro maior de dedicação e valor, nunca temeu o frio ou o calor; só ele sabia como cuidar das roupas alvi negras com a nota máxima de 20 valores.

José Ricardo Costa, deixa-nos uma herança de vida simples mas uma mensagem considerável: o *Zé Menor* soube sempre ser um dos maiores do Sport Clube de Mirandela.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 27 de dezembro de 2013, presta homenagem ao *Zé Menor,* de pé durante um minuto faz eco de uma calorosa salva de palmas em sua memória, endereça à família e ao Sr. Presidente do Sport Clube de Mirandela, a grande palavra saudade do amigo que partiu mas que a história guarda connosco. Pelo que recomendo à Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Mirandela, que em tempo oportuno grave o seu nome em local público condigno, da cidade de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Dinis Veiga, verificamos a necessidade de termos conhecimento dos líderes de cada grupo municipal, porque havendo aqui já várias notas de satisfação sobre a eleição da Sr.ª Dr.ª Elina Fraga que foi membro desta Assembleia, para Bastonária, a Mesa sugeria que talvez fosse útil e compreensível que se fizesse uma nota única, porque provavelmente surgirão mais, neste Período de Antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Veiga.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia.

A minha intervenção está um pouco prejudicada, mas também estou contente por ver que a minha querida amiga Elina Fraga, realmente, não tinha só a amizade do grupo do PSD, mas também tinha nos outros grupos, pessoas que lhe dedicavam um certo respeito e uma certa amizade. Por isso tudo, muito obrigado a todos e em relação àquilo que disse o Sr. Presidente, é preciso ver que há uma proposta que é pessoal, que é a do Sr. fraga e aí ele próprio é que terá que dizer que se funde ou não se funde.

Desejar aos membros da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores e à Mesa, um 2014 com saúde. Se tivermos saúde já estamos bem.

Também quero agradecer aqui publicamente, já o fiz pessoalmente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, já lhe expliquei porque é que não estive presente. Porque era dia 21 e eu só cheguei da Maia, no dia 23.

E referir o seguinte:

Acabaram as eleições, acabou a guerra, acabou o "disse", disse" e apesar do grupo do PSD ter uma ampla maioria, nós estamos dispostos a saber ouvir, porque nós não somos os detentores da verdade, ninguém é detentor de toda a verdade e portanto iremos discutir os assuntos, cada um com as suas ideias, com as suas opiniões, mas sempre com uma coisa, com "elevação". Se fizermos isto, estamos todos a contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho, que é o que nos interessa.

Sendo assim, dou por terminada a minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. deputado José António Ferreira.

Deputado Municipal José António Ferreira (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e demais Vereadores do Executivo Municipal, caros e caras colegas da Assembleia Municipal, Exm.º s. Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social.

Agora que termina o difícil ano de 2013 para todos nós, podemos afirmar que não há dúvidas de que hoje, Portugal está muito pior, do ponto de vista humano e social, do que quando o atual Governo iniciou funções.

Mas é no interior do país que essa degradação das condições de vida se faz sentir de forma mais violenta. E se não acontecer uma mudança de estratégia por parte do Governo, amanhã estaremos bem pior do que hoje.

Reflita-se, um pouco, sobre a nossa região e na realidade dura com que nos confrontamos.

No nosso distrito há concelhos que se afundam na designada "morte social", ou seja, apresentam indicadores de rendimento inferiores a 60% da média nacional, a taxa de desemprego real ultrapassa a média nacional, a taxa de envelhecimento é das mais altas da zona Norte e o despovoamento e a desertificação humanas são crescentes. Realidades sociais que devem merecer a preocupação de todos nós.

Não sendo esta uma realidade recente, sentimos que entre os anos de 2005 e o início de 2011 o Governo, então liderado pelo PS, assumiu um esforço suplementar para com o Distrito de Bragança e a Região no sentido, inevitavelmente custoso e demorado, de endireitar o plano inclinado que empurra o país para o litoral.

O Governo de então assumiu a luta contra o empobrecimento, contra a marginalização e a desertificação das terras em que vivemos, na tentativa de, passo a passo, melhorar as condições materiais e imateriais desta nossa parte do nosso país. Programou, planificou e colocou em prática, medidas que concretizavam o objetivo de desenvolver o interior do País e assim desenvolver de forma sustentada todo o território nacional.

Juntou os seus esforços aos esforços dos autarcas, das populações e das forças vivas locais, para em conjunto aumentar a coesão territorial no nosso país.

Foram inúmeros os investimentos feitos na nossa região, que hoje ouvimos o Governo e os partidos que o suportam apelidar de má despesa.

Entre muitos outros exemplos podemos destacar os seguintes: arrancou-se com a obra do Túnel do Marão, lançou-se a Auto estrada Transmontana e o IC5.

Na área social aumentou-se os largamente lugares em Lares, Creches, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário e ainda na Rede de Cuidados Continuados Integrados.

Criou-se o Complemento Solidário para Idosos, que beneficiou uma percentagem significativa da população do nosso distrito, com mais de 65 anos e requalificaram-se equipamentos sociais já existentes.

A lista poderia continuar mas não cabe aqui uma elencagem exaustiva.

Porém, em 23 de março de 2011, tudo parou. Desde então a realidade é bastante diferente.

O atual Governo de coligação do PSD/CDS-PP, terminaram com os benefícios fiscais para o interior, pretendem encerrar diversos Tribunais do distrito e desqualificar outros, travou os investimentos em Equipamentos Sociais, os Centros Novas Oportunidades, os investimentos nas energias renováveis, exterminou dezenas de freguesias no Distrito e parou as obras no Túnel do Marão, talvez o maior símbolo, da travagem abrupta e do desnorte, que impuseram ao País.

Tudo isto acontece porque o governo considera que não é sustentável a construção de infraestruturas e a manutenção de serviços em lugares que ao longo dos anos vão ficando despovoados.

Reduzem-se as pessoas a meros indicadores numéricos e tomam-se decisões baseadas em densidade populacional.

Com o fim dos serviços, deixando de existir infraestruturas, ou cobrando valores incomportáveis pela sua utilização, o interior, o mundo rural de Trás-os-Montes, ano após ano, vai-se convertendo num imenso espaço vazio em que as pessoas deixam de ter condições para viver.

O Plano Nacional para a Coesão Territorial e as resoluções aprovadas pelo PSD e CDS/PP na Assembleia da República, no início da presente legislatura, foram rapidamente esquecidas no baú das promessas por cumprir do atual Governo.

A falta de estratégia para fomentar um dinamismo económico que gere riqueza e emprego, que satisfaça as aspirações da população ativa do Distrito e que valorize os recursos e potencialidades territoriais e humanas da nossa região, que fixe valor no interior a partir dos seus recursos e potencialidades, é uma realidade a que não nos podemos resignar.

A função dos eleitos deve ser a defesa dos eleitores e não de um qualquer governo. É por isso que não nos podemos resignar e continuar a acreditar que, em democracia, tudo se pode corrigir.

Há mais vida para além da austeridade. E esta, mesmo que necessária, não justifica tudo. Há vidas humanas concretas, e realidades sociais dentro deste quadro.

Nós, no PS, não nos resignamos a esta suposta inevitabilidade e lutaremos sempre pelos melhores interesses do nosso Concelho, do nosso Distrito e da nossa Região.

Muito obrigado e continuação de Festas Felizes para todos vós.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, Sr. Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Srs. Deputados, Público em geral, quero formular votos de continuação de Boas Festas, que tenham passado todos um Bom Natal e que se realizem todos os sonhos em 2014.

Venho aqui com dois propósitos: o primeiro é de felicitar e saudar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, por ter feito uma festa para as crianças da sua freguesia, o que já foi aqui salientado.

Eu, como Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, infelizmente (considero eu) que não tenho crianças que justifique fazer uma festa para crianças e também considero que não será este o lugar mais apropriado para eu fazer o relatório das atividades da União de Freguesias de Franco e Vila Boa. Mas como foi feito quase um "alerta", para que as Juntas de Freguesia passem a organizar festas para crianças ou outro tipo de atividades, quero dizer ao Sr. deputado Nuno Sousa, que deve continuar a andar um pouco mal informado ou só olha para o umbigo dele. É que a União de Freguesias de Franco e Vila Boa, atendendo às atividades cíclicas que vai havendo, já organizou um magusto para a freguesia de Franco; organizou um magusto para a freguesia de Vila Boa. E não tendo crianças, mas incluindo também as crianças, organizou um almoço de Natal, para as duas freguesias e endereçou também o convite para este almoço, à Câmara Municipal, que por qualquer motivo não terá tido oportunidade ou agenda para participar nele.

Era só para dizer ao Sr. deputado Nuno Sousa, que as outras freguesias também trabalham e também fazem festas e tentam responder aos anseios das suas populações.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente da Junta, eu fico contente pelas iniciativas que efetuou. Quando eu referi e elogiei a ação do Presidente da Junta de Abambres e quando eu lancei o "desafio" para outras freguesias fazerem algo do género, é no sentido de promover mais atividades, mais participação, mais cidadania, junto das suas populações.

Primeiro, eu estou informado e segundo, era um elogio ao vosso papel, não foi nenhuma crítica.

Se eu estive presente, tive de agradecer, porque fui convidado para estar nesse evento.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente da Câmara, pretende utilizar este tempo apara dar uma explicação?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Membros da Câmara Municipal, restantes Membros do Público, Comunicação Social.

Muito bom dia a todos, um Bom Ano, um Bom Natal, Felicidades.

É sempre bom ver começar uma Assembleia e principalmente ver a forma participada e altruista como está a decorrer esta sessão e esperemos que assim se mantenha durante as próximas e nesta mesma sessão.

Vou tentar responder de forma concreta e quase telegráfica, às perguntas que foram feitas à Câmara Municipal e começaria pelo Sr. Garrido.

Sobre o Laboratório de Análises do Valongo, dizer-lhe que se calhar sabe mais do que eu, porque esteve provavelmente numa sessão onde foram produzidas algumas informações que eu não tinha.

Quando fui informado desta situação, tive a oportunidade de contactar o Sr. Diretor Regional, que me transmitiu que existia um movimento de desenvolvimento em termos de alterações de serviços, como acontece com o chamado PREMAC, que está a decorrer neste momento, mas que não se previa a curto prazo, qualquer tipo de intervenção e que estava garantida integralmente a proteção dos postos de trabalho nesse mesmo laboratório.

Foi-me dito que existiria uma reunião com as OPPS, que são as organizações de produtores, que segundo sei ainda não foi realizada. Outro dia tive oportunidade de ouvir na Rádio, que um deputado do Partido Comunista teria estado em reunião com o Sr. Diretor Regional e que teriam sido transmitidas algumas questões que tinham a ver com a estrutura do edifício. Foi o que eu percebi.

Ora bem, tal como eu disse e neste momento, se for um problema de estrutura do edifício, não é por esse motivo que o laboratório sairá de Mirandela, certamente. O laboratório só sairá de Mirandela por vontade pessoal de alguém ou por iniciativa pessoal de alguém.

A informação que eu tenho e segundo sei, não foi realizada qualquer reunião com as OPPS – Organizações de Produtores até ao presente momento e o laboratório ainda não está para sair. Existe essa questão que estamos a avaliá-la.

Quanto a transferências de valências do hospital, não houve transferência de nenhuma valência.

Como o Sr. Garrido sabe está a decorrer e continua a decorrer em Tribunal, uma ação judicial que a Câmara Municipal colocou à ULS, - neste caso não à ULS - à ARS Norte que é a responsável política, para manutenção das Urgências Médico Cirúrgicas em Mirandela, de acordo com as valências que existem neste momento. Não tenho conhecimento da saída de nenhum tipo de valência, aliás reporto até como positivo, muito recentemente, a colocação de uma nova médica a prestar serviço numa zona que estava com enormes carências, que é a Torre de D. Chama, onde já foi reforçado o apoio que está a ser dado às populações. Espero também que já esteja a funcionar de forma adequada.

Ainda não tive oportunidade de o verificar, mas sei que a questão da fisioterapia, que se levantou há cerca de um ano, quanto a uma valência que tinha sido retirada de Mirandela para Bragança, está já a iniciar a sus atividade e irá prestar serviço às populações, nos termos do que estava previsto.

Em face disto, eu repito que neste momento não existe nenhum desenvolvimento. Criou-se uma situação pública, (não tenho problemas em dizê-lo) em que foi dito e manifestado politicamente por todos os membros da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, em reunião plenária, que iriam defender intransigentemente, um conjunto de vetores na nossa região. Esses vetores passam pela SUV, de Macedo de Cavaleiros e pela Urgência Básica de Mirandela, mas há outras áreas, nomeadamente o helicóptero. Foi uma tomada de posição política, pública e transposta num documento que foi enviado também para o Ministério da Saúde e esperamos e aguardamos a marcação de uma reunião plenária com a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, para defesa destes princípios.

Desta forma mantém-se a defesa dos princípios de proteção do Hospital de Mirandela, mas também da ULS.

Parece-me importante também revelar aqui uma questão que está por detrás desta situação, que politicamente é importante entender.

A ULS do Nordeste tem o valor de capitação mais baixo do país. A nível nacional, o valor a seguir é em Portalegre e tem uma diferença que ronda os 100 Euros por capitação, isto é, por pessoa. Esta situação é extremamente grave e que nos preocupa, porque se estão a existir cortes na saúde e a capitação é mais baixa, naturalmente que vai provocar a redução da capitação que tem a ULS e essa é uma defesa que também saiu dessa decisão política.

Em relação à linha Mirandela / Carvalhais, falando de forma simples, Mirandela / Carvalhais é, METRO; Mirandela / Cachão é, CP. Mirandela / Cachão é totalmente mantida pela REFER. Houve uma questão entre a CP e a REFER, por causa da chamada "taxa de uso". A CP tem que pagar a taxa de uso no troço Mirandela / Cachão e a taxa de uso no troço Carvalhais / Mirandela, é responsabilidade do METRO.

Há aqui uma diferença: quem tem feito a manutenção ao longo destes anos, de toda a linha Mirandela / Carvalhais, foi sempre o METRO, porque nesse troço, em específico, tem a responsabilidade sobre a manutenção.

O que foi recentemente coordenado com a REFER, sendo que isto tem mais a ver com o futuro da linha, porque a linha funcionará Carvalhais / Brunheda, tendo em conta o Plano de Mobilidade do Vale do Tua, é que esse troço passe também a pagar uma taxa de uso e acabar com dois regimes diferentes de

gestão. É o que está a acontecer, não há qualquer tipo de constrangimento, aliás a nossa relação com a REFER é entre um prestador de serviços e uma empresa. De qualquer modo, a questão está clarificada entre nós e a REFER.

Responder à questão da AIN, neste momento é feita a retirada dos resíduos, não é feita da forma e com a velocidade que nós gostaríamos, mas cada vez que sai um camião, ele tem que ter um destino de valorização. É preciso recordar que os resíduos que ali estão, são resíduos da Sociedade Ponto Verde. São resíduos que contam para as metas nacionais, de redução de incineração de plásticos. Quando sai dali uma carrada, tem que ir para um local onde é feita a valorização do plástico. Naturalmente que a valorização do plástico é feita de uma forma mais lenta. Mesmo assim, está a sair progressivamente e todo o resíduo que está ali depositado, vai ser transportado dentro do conceito que referi, que é valorização e não incineração. Se fosse incineração, era imediata.

Acerca do Conselho Municipal de Segurança, tal como outros conselhos, o que acontece é que não são eleitos aqui, porque são indicados membros de todos os grupos parlamentares. Quer no Conselho Municipal de Segurança, quer no Conselho Municipal de Juventude, quer no Conselho Municipal do Desporto, todos esses organismos não têm eleição. Os grupos parlamentares terão que fazer a indicação - neste caso será o Sr. Garrido, porque é o único representante - dos seus representantes porque eles serão indicados pelo grupo parlamentar e não por eleição. Assim, será solicitada brevemente a indicação de todos esses elementos.

Julgo que em termos de esclarecimentos ao Sr. Garrido é o suficiente.

Tenho também uma pergunta sobre a habitação social. Não tenho os dados para lhe transmitir, mas serão feitos chegar os dados à deputada Odete Ferreira, da listagem de casas sociais propriedade da Câmara Municipal. Não lhe posso dar a listagem, posso pedi-la das que são propriedade do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

No entanto é preciso entender que quando existe uma vaga no IGAPHE, nós fazemos uma proposta de ocupação ao IGAPHE, que agora já é IRHU. Sempre que temos conhecimento que há uma casa vaga, fazemos uma proposta via Serviços Sociais, de ocupação dessas casas.

A Câmara Municipal tem duas casas livres, mas estão a sofrer beneficiações, porque os anteriores locatários as deixaram em condições que não são adequadas. Essas casas serão habitadas assim que estiverem concluídas as intervenções.

O pedido que fez foi extremamente descritivo e será respondido de forma descritiva.

Julgo que em termos de perguntas diretas ao Executivo, foram só essas.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de passarmos ao Período da Ordem do Dia, eu perguntava aos Srs. líderes dos grupos municipais se há aqui algum consenso, para votarmos a congratulação pela eleição da Dr.ª Elina e um voto de pesar, pelo nosso conterrâneo José Ricardo.

Podem então informar a Mesa.

Então passamos à frente e em qualquer altura interrompemos.

PONTO 4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos passar ao primeiro ponto da Ordem do Dia, Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.

Quem é que se inscreve? O Sr. Carlos Fraga.

Então faça favor de usar da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quanto a esta Informação Escrita do Sr. Presidente, remetida a esta Assembleia, queria fazer algumas considerações. Ela vem resumida em 19 páginas, de uma forma bastante exaustiva e expressiva. É bom que assim seja, para conhecimento de todos.

Queria referir e fica também este alerta através da Mesa a que certamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal não ficará indiferente, quando é dada a informação que estão em construção três casas mortuárias, de Pereira, de Vale da Sancha e ainda outra. Naturalmente que são necessidades que as populações precisam principalmente no mundo rural, onde cada vez se morre mais e infelizmente se nasce menos.

Mas digamos que da construção de casas ou de capelas, há diferença, mas umas vezes dizem casas e outras vezes dizem capelas funerárias ou mortuárias. Seria bom ponderar em termos futuros, que aqui na

cidade de Mirandela e independentemente das três correntes religiosas que se conhecem: a igreja católica, a igreja evangélica, a igreja adventista e as testemunhas de jeová, há muita gente que não tem qualquer convicção religiosa, que pura e simplesmente pauta a sua vida pelos seus valores, pela sua consciência. Ainda há pouco tempo houve um funeral dum ilustre Mirandelense e acontece que não tendo ele em vida seguido qualquer confissão religiosa, teve que recorrer a família, a uma das criptas de uma das paróquias da cidade. Foi confrangedor para os familiares.

Sr. Presidente, há que ponderar também para estas situações, a construção de um espaço condigno na cidade de Mirandela, para esses casos também.

Depois congratular-me pela inauguração do Lar de S. Pedro Velho, é bom que tenha sido inaugurado.

Referir também a inauguração da igreja da Ribeirinha, as obras de recuperação, congratular-me também por esse facto, pelo empenho da Câmara Municipal e das Comissões Fabriqueiras.

Também a Rota do Azeite, é de saudar.

A Escola de Música que se criou, sabermos que um jovem que saiu da Escola de Música e que já leva a formar outra escola em África em Moçambique e noutros locais, como tomei conhecimento, isso também é louvável.

Dizer que esta Informação do Sr. Presidente é positiva para todos nós, saibamos lê-la atentamente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Aproveitava para falar ao Sr. deputado Carlos Fraga no seguinte:

A Mesa recebeu uma proposta de concentração dos votos de louvor pela eleição da Dr.ª Elina Fraga e uma vez que o Sr. deputado está dentro do grupo municipal do Partido Socialista, seria compreensível e seria bem vindo, se porventura se evitasse outra votação. Punha á sua consideração e depois informava a Mesa, se faz favor.

PONTO 4.2 – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2014.

---------Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra, do membro do PS (*João Maria Casado Figueiredo*) 2 abstenções (1 do membro do PS e 1 do membro do CDS/PP) e 4 votos a favor dos membros do PSD, nos termos propostos:

1 - Aprovar as Opções de Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2014, que integra o mapa de pessoal conforme disposto no n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 3.º e 5.º de Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

2 - Aprovar o pedido de autorização genérica para, no âmbito da gestão corrente, apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações (*cfr.* alínea j) do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desde que em todas essas formas de apoio não seja ultrapassado o limite de 5.000,00 € durante o ano de 2014;

3 - Aprovar o pedido de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

4 Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passávamos ao Ponto 4.2, Orçamento, Plano de Atividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos para 2014. É um ponto muito importante. Façam o favor de se inscrever.

Tem a palavra a Sr.ª. Deputada Alzira Ramos.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, Comunicação Social.

O Orçamento, como todos sabemos é um instrumento necessário à gestão de qualquer instituição, empresa e famílias.

É um instrumento que deve assentar numa teia fina, que não deixe passar determinadas situações que possam levar a um tratamento desigual ou menos adequado, no seguimento das vidas de todos nós.

O Orçamento da Câmara é o orçamento que vai gerir as famílias do concelho. Quer queiramos, quer não, os munícipes são os que vão auferir, em parte, verbas deste orçamento.

Neste sentido, o orçamento que nos é apresentado, é mais do mesmo, um bocadinho diminuído nas despesas, mas em termos de posição não só financeira, também política, já a conhecíamos, é passado a

xerox. É uma manifesta sobre orçamentação das receitas, prática já evidenciada em orçamentos anteriores, sendo que as despesas correntes se mantêm, o que encerra o perigo real de um aumento de dívida.

Todavia, os apoios sociais são residuais, muito aquém do que o progressivo agravamento sócio económico local exige.

Este orçamento não está ao serviço de uma ideia, de um rumo, de uma orientação para o futuro do concelho de Mirandela, nada de novo na educação, nada de novo na saúde, nada de novo no urbanismo, nada de novo na ação social. Não se anuncia uma obra estruturante, algo que redimensione o trajeto descendente deste concelho. Traduz uma mera gestão de um contexto depressivo, numa espécie de navegação de cabotagem. Cada vez mais o concelho de Mirandela aparece constrangido, aprisionado por um serviço de dívida galopante, resultante de uma má gestão económico financeira. Nota-se também que é um orçamento não participado, deveriam ser chamados atempadamente os grupos parlamentares que representam o eleitorado, a trabalharem os orçamentos.

Dir-me-ão que os orçamentos são uma orientação, mas tem que ser bem dada e bem orientada, senão caímos em situações muito desagradáveis.

Espero que as razões agora aduzidas, sejam todas entendidas por vós, este orçamento não vai tirar Mirandela do isolamento crescente em que se encontra, não vai atrair investimento e não vai promover apostas sólidas num futuro de qualidade para todos os Mirandelenses.

Assim sendo, o voto contra do Partido Socialista, contra a Proposta de Orçamento para 2014, tem as razões aqui apresentadas, que espero que todos tenham entendido.

Antes de terminar a minha intervenção, quero desejar a todos vós um Bom Ano, a continuação de Boas Festas, estaremos cá para o ano, todos somos poucos para trabalhar e quem me conhece já do outro mandato, sabe que eu utilizo linguagem transmontana.

Todos temos que meter a mão na massa, todos temos que nos respeitar uns aos outros, mas sobretudo, temos que nos ouvir. Cada vez mais têm os grupos parlamentares que se reunir, aliás é uma das minhas propostas para que as Assembleia funcionem. Tem que haver uma participação mais ativa de todos os grupos parlamentares.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este orçamento, ao contrário daquilo que disse a deputada que me antecedeu, é um orçamento da Câmara Municipal, não é meu. Não sendo meu, não tenho (na minha opinião) que interferir na sua feitura, dado que nós não podemos apresentar propostas, nós só podemos apresentar sugestões.

E para apresentar sugestões, posso-as apresentar aqui, se o Executivo entender tomar em atenção, muito bem. Eu, apesar de ter sido convidado ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, não compareci.

Agora, falar do orçamento é um bocado complexo.

Isto são números, em que a receita é igual à despesa...apesar de ter alguns pontos que concorde, há uns, neste Plano e Orçamento que eu discordo completamente e há outras situações que eu gostava de ver esclarecidas:

A primeira, é a do Plano e Orçamento, que o Parque de Campismo da Maravilha, a Câmara Municipal vai tomar conta dele. Quer dizer, mais um serviço que deixa de pertencer à sociedade civil, para a Câmara gerir. Tem havido má gestão nas direções, arranjam-se outras. Pelo que está no Orçamento, tem o aeródromo, o comodato do Cachão, não está discriminado e eu não sei, que é o apoio às freguesias. Há um volume em dinheiro para as freguesias, não há uma distribuição por freguesia. Eu não sei o que vai tocar à freguesia "A", "B" ou "C". Assim como no desporto, à exceção do comodato do Cachão e de mais um ou dois, que se sabe quanto é transferido. Creio que li, de 18 associações, são comparticipadas, mas não se sabe quanto, nem qual o critério.

Há também no Plano e Orçamento, o acesso da A4 Oeste, e diz que por um lado é uma empreitada da Câmara Municipal, mas no texto, diz que há um grande apoio da responsabilidade da CAETXXI.

Também gostava de ser esclarecido, dado que 60.000 Euros vão ser transferidos no ano em curso, para 2015, 3 milhões de Euros. Estes 3 milhões de Euros são para pagar o quê? Esse dinheiro é o que vem das estradas XXI? Vamos estar até lá no acesso? É uma das perguntas que gostava de ver esclarecida.

A Lei n.º 73/2013, no Capítulo II, no art.º 23.º diz: "*constitui receita das freguesias o produto da receita do IMI, sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI, sobre prédios urbanos*"

Esta verba que está incluída no Orçamento é respeitante à área da freguesia? Eu olhei para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para ficar esclarecido já, tendo já resposta "sim", do Sr. Presidente, que este 1% é respeitante ao "*rústico e urbano*" da área da freguesia.

Há outra situação que eu gostava que fosse esclarecida:

Na página oito, do Orçamento de 2014, diz assim:

"*O Gabinete de Apoio à Vereação é composto por dois Secretários de apoio aos Vereadores, trabalhadores não pertencentes ao Mapa de Pessoal do Município, nomeados por Despacho...*"

Eu pergunto se não havia no pessoal de Mirandela, pessoas que pudessem integrar este apoio à Vereação? Foi apresentado o currículo? Foram requisitados de algum organismo? Gostava de saber como é

que estes dois elementos de apoio à Vereação, que não pertencem aos quadros da Câmara Municipal, foram recrutados.

Já agora, como vem indicado no orçamento, as ajudas comunitárias vêm como aprovadas. O dinheiro já veio?

Uma das coisas que eu não concordo, é que o Município tomasse em mãos o gabinete de Apoio à Empresa e Empreendedor, mas como a este respeito há um ponto específico, eu depois falarei nele.

Estes assuntos, foram os que mais dúvidas me suscitaram e que gostava de ver esclarecidas, tendo em conta que o Plano e Orçamento, tem coisas boas, mas tem coisas com as quais eu não concordo e na altura da votação logo verei, em função daquilo que me for dito.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu começava a minha intervenção, com algo que registei na Declaração de Voto do Sr. Presidente da Câmara, em que diz: "*O Plano e Orçamento para 2014, é a manutenção de um princípio, o princípio da racionalidade, da seriedade, mas também da transparência, porque também inauguramos neste Plano e Orçamento, uma iniciativa de explicação das GOP - Grandes Opções do Plano, que esperamos que no futuro possamos desenvolver melhor, para que também o Orçamento seja mais transparente para todos aqueles que o analisam.*"

Eu diria que todo este processo nasceu inquinado à partida, porque de transparência, de seriedade e respeito pela oposição, o Presidente da Câmara teve pouco. A documentação para a reunião preparatória para discussão da proposta do Orçamento com os partidos, chegou ao CDS/PP uma segunda feira à tarde, para uma reunião, terça feira à hora do almoço. Obviamente que a pouco menos de um dia, é irreal e pouco transparente, no que concerne a dar oportunidade à oposição, de poder avaliar com o rigor necessário, este documento.

Por outro lado, a própria marcação desta Assembleia Municipal para esta data, para discutir um ponto tão importante quanto este, também é restringir, considerando que são necessários 2 dias úteis, ao brigo da Lei 75/2013. E tendo em conta que a Câmara no dia 24 encerrou por tolerância de ponto, o envio da documentação foi toda fora de prazo. Aliás, preocupado com esta questão, tive a oportunidade de domingo à noite enviar um e-mail ao Presidente da Assembleia Municipal, alertando-o para o facto que nem Convocatórias, nem documentação, quer para o Orçamento, quer para outros assuntos, a debater aqui nesta sessão. Qualquer possibilidade de se poder analisar este documento ou ir procurar mais informação junto dos serviços da Câmara, carece de seriedade e rigor.

Quando por um lado vemos uma autarquia a vangloriar-se que num site da Câmara tem um conjunto de informação que a coloca em nono lugar, num índice de transparência, tudo o que aconteceu relativamente a este processo, é a antítese desse estudo.

E por ultimo, relativamente a esta trapalhada toda, lamentar que não tenham existido reuniões com os Presidentes de Junta eleitos pelo CDS/PP, para debater propostas para essas freguesias e inclui-las eventualmente neste documento.

Eu não sei se os outros Presidentes de Junta aqui presentes, tiveram essa oportunidade. Se tiveram, bem hajam, porque evidencia que estamos a regredir numa atitude pouco democrática, que é ter presidentes de primeira e ter presidentes de segunda.

Quanto ao documento em si, há um conjunto de informações e de quadros, sobre a evolução da receita, que sinceramente, não compreendo, porque eu olho para os indicadores para o gráfico e não sei se é a evolução da receita prevista para 2014. Depois, tem desde 2007 a 2014, mas quando olho para 2013 e comparando com este mapa de controle orçamental, - conseguimos obter através de requerimento, para saber o que se estava a apresentar em relação a 2014 - tendo como referência aquilo que foi executado em 2013. Ir para uma reunião discutir um orçamento, sem esse ponto se referência é estar lá de corpo presente, só para cumprir o calendário, em relação ao direito da oposição.

Há umas discrepâncias relativamente aos dados. Há um indicador para 2013, no que concerne à evolução da receita, aponta que em 2013, é de pouco mais de 50 a 52 milhões. Mas olhando para estes mapas, de janeiro a dezembro, mesmo a previsão inicial, que foi apresentada em 2012, apontava para uma receita de 44 milhões. Ou seja, há um desfasamento de quase 10 milhões. Mas a previsão corrigida, em dezembro de 2013 e tendo em conta as medidas do plano de saneamento financeiro, é de 35 milhões e setecentos mil euros, ainda está mais abaixo do que este gráfico indica. Gostava que me esclarecessem o que é que estes gráficos significam.

Também há uma comparação um pouco incompreensível, que é o seguinte: "*se considerarmos a correção orçamental realizada em fevereiro de 2013, podemos verificar que existe ainda uma maior proximidade com as previsões de 2014.*" Eu pergunto, porquê fevereiro de 2013? Porque foram buscar fevereiro de 2013 e não foram buscar junho, ou dezembro? dezembro é um resultado mais real que temos sobre a situação financeira da autarquia.

Depois, contrariamente ao que enunciam no plano e orçamento, a realidade é que as receitas da Câmara vão ter uma subida exponencial à custa de impostos diretos. Também chamar a atenção que relativamente às despesas correntes para 2013, elas aumentaram de 25,6 milhões, para 26,8 milhões.

Aumentaram cerca de um milhão de euros. Mas o gráfico da evolução da despesa, mais uma vez não apresenta essa informação, ou apresenta uma informação que desconheço.

Quanto às candidaturas a fundos comunitários aprovados, eu vejo um rol de candidaturas...muito bem, é de felicitar. Só não vejo uma, que é relativamente à recuperação da sede da Associação de Socorros Mútuos e eu pretendia saber se a requalificação desse edifício, que foi anunciado como um projeto no âmbito dum TuaMirandela, se tem financiamento, vai avançar, ou perdeu o seu financiamento e se neste quadro, estes valores são valores globais ou valores das candidaturas. Há todo um conjunto de informação que é pouco transparente.

Ainda, no âmbito da Escola Profissional de Hotelaria de Mirandela, refere que em 2014 *"será necessário proceder à criação de uma estrutura autónoma de gestão, para que seja possível apresentar candidaturas diretas aos diferentes programas de formação profissional."*

Nós sabemos que a Escola Profissional de Hotelaria, fruto de um acordo efetuado entre o turismo de Portugal, IP e a Câmara Municipal, vai ter uma gestão diferente do que foi até á data.

Pretendia que o Sr. Presidente me explicasse em que moldes é que vai proceder à criação dessa estrutura autónoma e qual vai ser a orgânica de gestão desse organismo.

Para terminar e no âmbito do ensino pré escolar e básico, Enquanto fui vereador, manifestei sempre a minha posição contra a criação de um mega centro escolar e que deveríamos apostar mais numa rede de escolas comunitárias, apoiando as freguesias, criando núcleos de três ou quatro freguesias associadas a essa escola, consoante o número de alunos.

Defendi também a recuperação das escolas que temos atualmente em Mirandela, porque algumas delas permitem ter aumento de salas. Pela leitura que eu faço, o centro escolar é para acabar. A ideia de um mega centro escolar, que não há dinheiro para a sua execução e que propõem aqui, eventualmente realizar intervenções de alguma dimensão em edifícios escolares. É de louvar que ao fim de 3, 4 anos fez-se luz, mas fez-se luz por imposição de um plano de saneamento financeiro.

Quanto à votação, faremos a votação e depois há uma declaração de voto que quero apresentar em nome do grupo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores.

Nas grandes Opções do Plano para 2014, é demonstrada a visão do novo Executivo Municipal, acreditando que os desafios que se colocam a Mirandela e ao nosso concelho, não são apenas responsabilidade da autarquia, mas passam também pelo desenvolvimento da participação de todos. O concelho é de todos, para todos e todos devem ter uma palavra a dizer.

De acordo com a execução, a sua ação irá (no meu ponto de vista) nortear-se por cinco princípios básicos:

Primeiro, um Município dinâmico, competitivo e sustentável.

Segundo, um Município solidário, multicultural e inclusivo.

Terceiro, um Município do diálogo, de cidadania e da participação democrática.

Quarto, um Município da história, da arte e da cultura.

Quinto, um município abraçado ao rio.

A preocupação fundamental para o exercício económico dos próximos anos, será o de garantir a continuidade de projetos já iniciados e a cobertura financeira de despesas obrigatórias e dos compromissos já assumidos. Ou seja, estão em cima da mesa alguns projetos e iniciativas que vêm devidamente explicadas e desenvolvidas, no documento que nos é apresentado.

O valor total do Orçamento proposto para 2014, corresponde à importância de 34.889.545,00, registando um decréscimo em relação ao ano de 2014 de 7,86%, face à proposta do Orçamento aprovada.

Sublinhe-se que são cada vez mais os constrangimentos a que estão sujeitas as autarquias.

Quer pela aplicação do regime jurídico, à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto Lei n.º 6027/12, de 21 de junho, quer pela aplicação da Proposta do Orçamento de Estado de 2014, quer pela aplicação da lei n.º 73/2013, de 03 de setembro "Regime Financeiro das Autarquias Locais", que aconselham a elaboração de um documento rigoroso, assente na racionalização da despesa municipal, garantindo acima de tudo a cobertura das despesas das obrigações e dos compromissos assumidos e na maximização da sua própria receita.

Portanto é um Orçamento que a médio longo prazo trará os seus efeitos, como muitos membros da Assembleia Municipal, que diziam antigamente, que os orçamentos apresentados nesta Câmara, eram sempre orçamentos empolados...agora já não são empolados! Agora são residuais. Qualquer dia não temos orçamento.

Aproveito o tempo que ainda disponho, para dizer umas palavras ao membro da Assembleia Municipal, José António.

Há bocado falou no túnel do Marão. O túnel do Marão é uma pura realidade. Não se acabou...claro que não, não havia dinheiro para o acabar! Essa é que é a realidade. Tudo é retórica política, não há dinheiro. O túnel do Marão custava ao Estado 350 milhões de euros...as pessoas têm que se informar, falar em números e não vir para aqui em retórica política. Falar em números, isso dói...o túnel do Marão custava

350 milhões de euros. Quando a troika chegou aqui em 2011, o grupo bancário disse assim: o Governo de Portugal, o grupo termina, quero o dinheiro que investi no túnel do Marão. O Estado pagou 203 milhões de euros, que o Governo foi obrigado a pagar à troika, em relação ao financiamento do túnel e o Estado ainda teve que injetar mais 200 milhões de euros não previstos em relação aos custos e os custos duravam até 2035 e o Estado pagaria 452 milhões de euros.

É muito bonito falar-se em coisas, mas é preciso ir buscar o dinheiro para as fazer.

Tenho aqui um pequeno mapa, desde o ano de 1992, em que até 1995, os Governos foram "PSD". Estou a falar da "variação da dívida anual, em termos de percentagem do PIB, em função do partido do Governo."

Até 1995, a dívida não chegava aos cinco mil milhões de euros. Depois, com o Governo de António Guterres, para haver o reajustamento, para pertencer à zona Euro, a dívida baixou ainda mais, senão não podíamos entrar no ano 2000, na zona Euro. A seguir, aparece o "PSD" com o Governo de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes e a dívida manteve-se. Em 2005, com o Governo do Eng.º Sócrates, a dívida dispara em 2013, para 108 mil milhões de euros, quase 109 mil milhões de euros.

Estes valores são do Banco de Portugal, não são valores que fui buscar a qualquer sítio.

Em relação à dívida bruta e à dívida líquida, em 2013 a dívida baixou.

Deputado Municipal José Madureira (CDS/PP):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta e a todos aqui presentes.

Estou aqui pela primeira vez, mas já tenho experiência desta vida. Estive 26 anos na GNR, 11 anos na Comissão Fabriqueira, 11 anos a trabalhar com os monumentos nacionais, onde estou novamente a trabalhar, em que as obras da Igreja irão começar brevemente.

Também quero agradecer à Sr.ª Dr.ª Elina Fraga.

Agora queria perguntar como vai ser distribuído o dinheiro às Juntas de Freguesia, se será tudo igual ou se haverá diferenças. Eu marquei uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara há um mês e meio e ainda não tive resposta.

E com isto termino. Obrigado a todos.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, chamar a atenção de que a Assembleia Municipal é um órgão político e a política é aqui que se discute e muitas vezes fugimos do tema, levamos alfinetada e nós temos que responder. Peço imensa desculpa, se alguém discorda, essa é a minha maneira de ver.

E realmente o Sr. deputado António Ferreira disse aqui umas coisas, com as quais, algumas eu concordo, mas não concordo com a conclusão.

"Faz-me lembrar a história de dois amigos que se encontraram. Não se viam há muito tempo e um convidou o outro para irem almoçar. Comeram do bom e do melhor e beberam também.

No fim, um virou-se para o outro e diz assim: ó pá, desculpa lá, paga lá tu, que eu esqueci-me da carteira..."

Foi o que fez o Sócrates, gastou, gastou, gastou e virou-se para o Passos e disse: ó Passos, paga lá tu, que eu esqueci-me da carteira...

Não queiram convencer as pessoas que vocês não têm culpa nenhuma.

Este país está no estado em que está, porque foram os socialistas que assim o puseram.

ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2014

Este ano, a minha preocupação não é saber se em 2014 vamos ter muitas ou poucas obras no nosso concelho, mas sim os problemas sociais que estão e irão surgir no nosso país e especialmente no nosso concelho.

Problemas esses resultantes da crise económica que nos deixaram, e cujo fim não se avizinha.

Problemas sociais que estão e irão surgir com tantos desempregados, que vão diminuindo mas muito lentamente.

Com os 2 milhões de pessoas no limiar da pobreza, com aqueles que todos os dias surgem nos Serviços Sociais da Câmara e na Santa Casa da Misericórdia e que nós não podemos resolver de imediato, por falta de recursos económicos.

São estes os principais problemas que devem preocupar o Executivo, os Membros da Assembleia Municipal e principalmente os Senhores Presidentes de Junta que mais diretamente conhecem e convivem com essa realidade, e aqueles que estando nos Corpos Sociais das Instituições tudo devem fazer para ajudar as crianças, os jovens e as pessoas, que por uma razão ou outra não têm o mínimo para manterem as condições de dignidade humana.

A preocupação essencial para 2014, não é mais uma rua, mais um saneamento, mais uma obra, não é termos jardins muito bonitos e floridos e ao mesmo tempo pessoas que perdem a sua dignidade de seres humanos, que morrem e se degradam interiormente e muitas vezes no silêncio, sem que o vizinho se aperceba.

Nós todos, que estamos na vida autárquica e associativa, temos a obrigação de sermos solidários, de sabermos partilhar aquilo que temos com os munícipes mais desprotegidos.

Temos que ser dignos do lugar que ocupamos e para o qual fomos eleitos.

É neste contexto de dificuldades que o executivo nos apresenta as Grandes Opções para 2014, acrescidas de outras situações que irão dificultar ao máximo a atividade de qualquer Executivo independente da sua cor partidária.

Fraco investimento público, escassez de investimento privado, deslocalização e encerramento de serviços públicos, o que arrastam a saída de funcionários e respetivas famílias, provocam empobrecimento da comunidade local.

- Em 2014 prevê-se uma diminuição nas receitas a cobrar devido á atividade económica ter diminuído;
- Diminuição das transferências do Estado;
- Aproveitamento a Fundos Comunitários já aprovados e que temos que realizar;
- Compromissos de investimento e contenção de despesas assumidos no Plano de Saneamento Financeiro em curso desde março de 2013;
- Respeito pela Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso que implica dificuldades na cobrança de receitas, muitas delas da responsabilidade da Administração Central;
- Responsabilidades transferidas para as autarquias sem a componente financeira correta como seja com os transportes escolares e refeições;
- Financiamento de preços da água e resíduos sólidos, aquilo que se paga é muito inferior ao que se recebe.

É com estas variáveis que o Executivo teve que planificar o seu Plano Plurianual de Investimentos para 2014 e apesar destas restrições financeiras este Executivo, com esforço e rigor continuará a lançar obras, iniciativas e projetos que contribuem para o progresso do concelho e minorar este flagelo do desemprego. E, para isso não deixou de aproveitar ao máximo as possibilidades dos dinheiros do QREN, bem como os programas lançados pela Administração Central.

Relativamente a este ponto é bom que se chame a atenção que, neste momento Mirandela tem a decorrer obras no valor de 10 milhões de euros com contratos já financiados, volume de obras que já há muitos anos não se via no nosso concelho

A partir do 2º semestre de 2014 já estará definido os moldes em que irá funcionar o novo quadro comunitário de apoio e como tal já colocou algumas obras, com verbas diminutas para assim poderem ser lançadas.

A sociedade é mais evoluída se essa sociedade for justa e solidária, se nós soubermos partilhar o que temos com os que nada têm.

É reconhecido o trabalho deste Executivo na área social, colocando as pessoas em primeiro lugar, procurando ajudar os mais carenciados e os idosos. Como tal irá continuar a dedicar especial atenção à área social, através de uma luta contínua contra a pobreza, a exclusão social, a violência e os abusos sobre os menores, estabelecendo parcerias com a Santa Casa da Misericórdia e Lares da Terceira Idade, implantados no nosso concelho.

- Dinamizar o conselho local de ação social no âmbito da rede social.
- Promover e dinamizar em conjunto com as I.P.S.S os centros de convívio e lazer para idosos, bem como o banco alimentar.
- Reforçar o apoio à rede de lares.
- Continuar a beneficiar e reconstruir habitações degradadas, em parceria com as Juntas de Freguesia e com as I.P.S.S.
- Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras.
- Apoiar a APPACDM quer em infraestruturas e equipamentos tendo sido estabelecidos diversos protocolos de cooperação.

Muito mais se podia dizer sobre **o ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2014**, mas iria tornar-me fastidioso. Os Senhores deputados municipais leram e com certeza a grande maioria chegou à mesma conclusão que nós: ***está bem esquematizado, esclarecedor, realista e com um bom aproveitamento das verbas comunitárias.***

Outros dirão: o Plano está marcado pela continuidade dos investimentos em curso e pelo cumprimento dos compromissos assumidos no mandato anterior, que não é exequível e que é demasiado ambicioso e irrealista.

A esses respondemos que foi sempre a ambição e a vontade de ir mais longe, que nos faz estar na política autárquica há anos consecutivos e com maiorias. ***É o futuro de Mirandela, o seu progresso e desenvolvimento que nos norteia. Os eleitores sabem isso.***

O grupo Parlamentar do PSD está de acordo com este Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2014 e como tal vai votar favoravelmente.

Não quero terminar, sem me referir às declarações de voto da Oposição para que não digam que eu simplesmente as ignorei.

Li com atenção os vossos argumentos e formei a minha opinião: **será que finalmente temos no executivo uma oposição que acima dos interesses pessoais ou partidários colocaram o interesse do concelho de Mirandela ? O futuro o dirá.**

Quanto aos grupos parlamentares, continuaremos na mesma os interesses partidários sobrepõem-se aos interesses do concelho, numa palavra estão cristalizados.

Não ouvimos aqui, por parte da oposição qualquer proposta para fazer diferente.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São mais duas questões.

A primeira, como vem no Plano está previsto que a Avenida Machado Vaz irá ser reparada. Essa reparação é autónoma ou está integrada no acesso de Mirandela.

A outra questão é se está prevista a entrada em funcionamento dos parquímetros, na Avenida dos Bombeiros Voluntários. Eu não vi neste Orçamento, a receita. Há uma receita previsível para esse quantitativo?

Já agora, como sei que também foi aprovado numa Assembleia que se iria pagar nos baixos da praça. Está previsto para este ano?

Era isto que eu pretendia esclarecer.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostava antes de mais, afirmar que o documento que apresentamos, é o nosso "Orçamento".

Tenho que dizer que o apreço que tenho pelo Sr. Garrido, tem muito a ver com a postura dele, ao longo de anos, aliás já tive oportunidade de estar aí em baixo, com ele e é um pouco isso, este é o nosso documento, é a ele que nos vinculamos e politicamente não vou dar mais justificações do que aquelas que constam deste documento e a forma como as apresentamos.

Este é o nosso projeto, esta é a nossa forma de progredir e com o qual nós acreditamos que podemos fazer em 2014.

Mas há questões que têm que ser vistas em mais pormenor, em termos políticos, mas também como resposta ao que os Srs. deputados aqui dizem. Não vou contestar a orientação política de nenhum voto, mas a verdade é que por vezes oiço algumas coisas que me deixam um bocadinho surpreendido.

Para os que agora chegam, nem tanto, mas para os que já cá estão, desafio-os a irem ver a ata de 28 de dezembro de 2012, foi em 28 de dezembro que fizemos esta Assembleia no ano passado, foi um dia mais tarde do que este ano, (já ouvi aqui tanta conversa por ser dia 27) se calhar em 2011 foi no dia 26.

Se forem ver os documentos que estão publicados, que vos são entregues, na Informação do Presidente, a dívida municipal, era de 28.190.865,53 Euros. Esta era a dívida apresentada a 31 de novembro, que é esta data que normalmente apresentamos nesta informação, para esta Assembleia. E se virem na Informação do Presidente que aí têm, o documento que há bocado comentou tão bem o Sr. Fraga, a dívida hoje, é de 25.485.265,70.

Eu vou repetir. Há um ano atrás, 28.190.865,53 e hoje, 25.485.265,70.

Quero-vos dizer também: nós hoje cumprimos integralmente a lei dos compromissos e reduzimos a dívida todos os meses, tal e qual como manda a lei dos compromissos e respeitamos os fundos disponíveis todos os dias, tal e qual como manda a lei dos compromissos, o que representa o início para o que eu gostaria que fosse a avaliação política deste documento.

Em segundo lugar, quando oiço que não há nada, que não veem nada, eu não peço que leiam as peças, mas peço-vos que saiam, que circulem e que olhem, pelo menos para um edifício que vale cinco milhões de Euros e que está a ser construído. E cinco milhões de Euros, não é brincadeira. Vejam no histórico desta Câmara Municipal, quando é que tivemos obras no valor de um milhão de contos...vejam. E vão lá ver se não está a progredir. Um edifício que fatura 200 mil Euros por mês e que nós cumprimos integralmente. Assim, aconselho a leitura cuidada e séria de alguns elementos que estão nos documentos, que tivemos a oportunidade para vos fornecer, quando fazem afirmações de que a Câmara está parada, a Câmara está bloqueada e não há investimento em Mirandela.

Talvez eu tenha uma visão diferente...é a minha, mas há coisas que são visíveis, que são palpáveis, podemos chegar lá, esfregar as mãos e ver o seu resultado.

Responder a perguntas concretas:

Ao Sr. Garrido, Parque de Campismo.

O Parque de Campismo teve uma gestão privada, sem nunca ter tido um contrato de concessão e sempre suportado com base nas despesas municipais.

Em 2014 vai ser ensaiado um processo de reestruturação de toda a envolvente. De instalação dos tais bungalows vindos da Tecsam, com alterações da localização dum conjunto de elementos e é naturalmente importante neste momento, reestruturar todo o parque, toda a forma de gestão do parque, toda a estrutura, até de acesso a equipamentos do parque e é por este motivo que a Câmara Municipal toma posse em termos de concessão, para poder reestruturar o futuro. Se no futuro, depois de estabilizado, das obras feitas, depois de não haver estas confusões, porque não vai andar a Câmara a fazer um investimento num espaço e depois logo a seguir, aparecer outra instituição. Pode ser que até haja novamente uma concessão dessas caraterísticas. Hoje em dia o retorno à Câmara Municipal da sua gestão, tem a ver também com a intervenção que é feita.

De qualquer maneira, é preciso recordar que a Câmara – entre outras coisas – sempre pagou a energia, a água e um conjunto de despesas daquela infraestrutura, para garantir que ela preste o serviço que presta à nossa população.

Quanto ao desporto, agradeço-lhe a sugestão.

Tal como disse, este documento tem os elementos de evolução que devia ter e esse era um dado que nós podíamos colocar aqui, porque semestralmente, publicamos nos jornais e na imprensa quais são as transferências, não só para o desporto, como também para as coletividades.

É um dado público, somos obrigados a publicar de seis em seis meses as transferências. Podíamos ter colocado a previsão do ano, porque é baseada nas que são feitas este ano. Esses valores são os mesmos, há um valor aprovado. Se forem alterados, terão que ser alterados em reunião de Câmara e atualmente mantêm-se os mesmos nos últimos dois anos.

Sobre o acesso Oeste.

O acesso Oeste, é um projeto que foi feito na Câmara Municipal, que no seu cômputo geral, com tudo aquilo que nós gostaríamos que ele tivesse, rondará mais de 4 milhões de Euros.

Tal como aqui foi respondido a uma pergunta que fez na fase final, o acesso Oeste, é um projeto que começa no acesso e termina na ponte Machado Vaz. Isso implica intervenções ao nível dos passeios, ao nível de algumas infraestruturas, intervenções a nível do acesso, nas zonas mais complicadas.

A Câmara Municipal negociou com o consórcio construtor da Auto Estrada e, ao contrário do que aqui ouvi dizer muitas vezes, tínhamos deixado passar o barco ao lado. A realização de uma intervenção neste valor que aí está Foi o valor considerado, em termos indemnizatórios, na ordem dos dois milhões de Euros. Essa intervenção pressupõe desde já a intervenção nas curvas, que estão a decorrer. Não foi possível ir mais longe, porque em muitos dos casos não conseguimos ter acordo com os proprietários, para aumentar um pouco mais a intervenção. Terá que haver um processo de expropriação que irá passar nesta Assembleia. A intervenção em termos brutos, são aquelas curvas que estão lá assinaladas, mas em termos de pavimento, será até à Avenida Machado Vaz (Ponte Nova).

Entretanto, é necessário fazer um conjunto de elementos que estão fora dessa empreitada, nomeadamente aquedutos e saneamentos. E o valor que está orçamentado é de 60 mil Euros para essas intervenções. É um valor de investimento nosso, um valor que nós vamos pagar por ajuste direto, para fazer intervenções que não são da responsabilidade da CAET XXI.

O facto de no outro ano termos um valor orçamentado mais elevado, tem a ver com o plano saneamento financeiro, onde nós aprovámos certos compromissos e temos que garantir que esses são os mesmos para 2015, que está bem descrito num quadro onde estão todos os compromissos do plano de saneamento financeiro. Por outro lado, fazer passeios, fazer iluminação, é uma obra que não está incluída nesta intervenção. Como digo, esta intervenção custa dois milhões de Euros. Tudo isso pretendemos candidatá-lo ao próximo Quadro, que está devidamente previsto no Orçamento, para o futuro. É uma obra que nós queremos continuar e queremos valorizar em termos da sua dimensão.

No que respeita às transferências das freguesias, aquilo que leu, é aquilo que fundamenta o Governo como a nova capacidade financeira das freguesias, para responderem ás novas competências.

Se bem que me agradasse debater esse assunto, acho que tínhamos aqui uma manhã inteira para falar sobre ele, porque esse artigo da legislação está nitidamente ligado aos artigos da delegação de competências das freguesias.

Eu irei responder ao Sr. Presidente da Junta de Abambres em relação a esse assunto, daqui a pouco, mas é preciso entender que o rústico tem um valor fixo de 0,8, que não é imutável e a verdade é que seria uma receita muito interessante para as Juntas de Freguesia, se existisse um cadastro rústico. Efetivamente, as freguesias têm IMI rural e têm IMI urbano, porque em todas as freguesias nós temos matrizes urbanas, umas mais e outras menos.

Agora, com toda a sinceridade, não acredito que seja com estes valores de IMI, sem estar o cadastro feito, que as nossas Juntas de Freguesia vão conseguir responder às novas competências que lhes foram atribuídas. Digo isto claramente, se o cadastro fosse feito, acredito que talvez fosse possível, sem cadastro feito da parte rústica, da parte urbana o valor é insignificante.

Houve um crescimento, - os Srs. Presidentes da Junta que estão aí conhecem os valores que lhes vão ser atribuídos – mas um crescimento que pouco mais dá. Se calhar em Lisboa esse crescimento foi significativo, aqui na nossa zona, mesmo em Mirandela, não tem esse significado. Em face disso, as Juntas

de Freguesia têm o apoio da Câmara Municipal e eu depois responderei em conjunto, a esse ponto, também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Abambres.

Em relação ao Gabinete de Apoio à Vereação, naturalmente e habitualmente, nós, em termos de Gabinetes, temos pessoas que têm a nossa confiança pessoal. A lei assim o permite, tem um estatuto diferente, mas também foi por esse motivo que o colocámos neste Orçamento e gostamos que, ao contrário do que dizem, sejamos transparentes, foi pois feita uma opção pessoal e assumo-a aqui claramente. São de confiança pessoal os dois casos, assim como é de confiança pessoal a Secretária do Presidente, que sendo funcionária Municipal, está também em regime de Comissão de Serviço.

No que trata de fundos comunitários, dizer o seguinte: os fundos comunitários funcionam à cobrança. Após a concretização de um auto, - neste caso referindo-nos a obras – ou de uma execução, nós submetemos os elementos à entidade gestora e a entidade gestora, normalmente, paga-nos. Eu digo normalmente, porque se olharmos para esta lista de projetos comunitários que foram aprovados, desde, sensivelmente, 2009, nós temos exemplos de obras que foram executadas, por exemplo: em 2009, 2010, 2011 e algumas delas até pararam e apenas começámos a cobrar receitas em 2012, porque os fundos comunitários, como toda a gente sabe, estiveram praticamente bloqueados até finais de 2012. Houve um conjunto de constrangimentos na gestão, que nos levou a essa dificuldade.

Hoje posso afirmar que temos uma forma diferente de trabalhar, principalmente desde o ano de 2013. Dou o exemplo da ESACT (Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo), em que nós faturamos em média 200 mil Euros por mês, apresentamos os respetivos comprovativos e com 60 / 90 dias, temos o retorno. Todas as obras que aí estão descritas, são obras financiadas com contratos assinados, isto é, depende de nós a execução. Podemos dizer que o Museu do Azeite anda devagar...é verdade...mas a Ecoteca parece que está parada...é verdade. Eu assumo sem problemas, porque como eu disse, quando tenho uma obra que está a faturar em tesouraria, 200 mil Euros, se as puser todas a faturar ao mesmo nível, eu não consigo responder em tesouraria. Por este motivo, as coisas vão sendo feitas de acordo com a tesouraria que nós temos, para conseguirmos responder aos fundos comunitários.

Todas as obras que aqui estão descritas, têm contratos assinados, estão aprovadas e podem ser executadas. Não estão todas a ir ao mesmo ritmo, porque nós não temos capacidade de tesouraria, para responder. Se houvesse – como está a existir agora, posso dizê-lo, que é verdade, nos últimos meses principalmente – um contínuo de cobrança e pagamento por parte dos fundos comunitários, tenho a certeza que conseguíamos manter esse ritmo. Mas, a verdade é que temos algum receio, porque andamos alguns anos com algumas dificuldades.

Respondendo se não se importam,e não obstante ter falado na parte final, em relação à Av. Machado Vaz, a intervenção que falámos é exatamente essa, é a recuperação dos passeios, que vai desde a Av. Machado Vaz até em cima, ao nó.

Quanto aos parquímetros, nós temos um projeto de estacionamento tarifado na cidade e tendo em conta a intervenção da Av. das Amoreiras e Av. dos Bombeiros Voluntários, apenas consideramos essa evolução, em termos da conclusão daquela obra e depois iríamos fazer a restante. Não faz sentido andarmos a fazer por fases diferentes.

Assim que estiver implantado o sistema de parquímetros nessa rua, vai ser igualmente desenvolvido o sistema de parquímetros para o resto da cidade, de acordo com o Regulamento, que aliás foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal e que tem as zonas, no qual se inclui o Parque do Mercado. No entanto, é preciso entender que na altura foi acordado com os locatários, a reserva de um lugar de estacionamento para cada um deles, na futura gestão daquele espaço. A receita está prevista, aliás já estava prevista no ano anterior, esperamos que durante o primeiro trimestre de 2014 já tenhamos o sistema de parquímetros a funcionar em Mirandela, nas zonas que forem identificadas no Regulamento aprovado.

Responder também a perguntas concretas.

Sobre juntas de freguesia, falarei no final e responderei ao Presidente da Junta de Abambres.

De forma genérica, dizer o seguinte:

A sede da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses é um dos elementos do TuaMirandela. Faz parte do plano de ação TuaMirandela e foi aprovado em nome da Associação de Socorros Mútuos, pelo que não é da Câmara Municipal, não está no nosso orçamento a sede da Associação de Socorros Mútuos. Foi aprovado esse plano de ação e é a esse plano de ação que ele pertence. Nesse plano de ação tem a Santa Casa de Misericórdia, a Mircom, a Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação.

Isto é, o Plano de ação que nós fizemos na altura, quando fizemos esta candidatura, foi um plano de ação abrangente. Podíamos tê-lo feito só para a Câmara Municipal, mas considerámos que era importante envolver outras entidades e foi por esse motivo que estas entidades tiveram os seus projetos aprovados, no âmbito deste projeto.

A Escola de Hotelaria tem que constituir um novo organismo, exatamente igual ao da Escola Profissional de Música, porque senão não pode concorrer ao POPH, que é o elemento que o financia. Assim, terá que ser apresentado aqui e espero que seja já em fevereiro, um projeto de criação de uma associação (legalmente não me quero adiantar, porque tem regras próprias para podermos concorrer) ao Ministério da

Educação, às devidas certificação e candidatura. Esse organismo tem de ser criado, é obrigatório e é por isso que falamos nele no orçamento.

Quanto ao Centro Escolar, a Câmara Municipal depende do financiamento comunitário para qualquer intervenção de largo espectro no Parque Escolar. O que foi determinado na altura e aqui aprovado na Carta Educativa, foi a criação de um grande Centro Escolar. E a criação desse grande Centro Escolar era sujeito a financiamento comunitário, no âmbito do projeto de contratualização do ON2, em que foi identificado o Centro Escolar de Mirandela e que foi apresentada uma candidatura.

Como todos sabemos, as verbas que estavam destinadas a equipamentos escolares, não só dos centros escolares do ensino básico, mas também das escolas secundárias, como temos o caso da escola de Mirandela, tiveram um grave problema de consumo, que levou a que hoje em dia existam obras paradas, enfim...toda aquela história que nós sabemos, da parque escolar, em que foi consumida toda a verba. Aconteceu também com a verba que estava destinada ao Centro Escolar de Mirandela.

A Câmara Municipal de Mirandela apresentou uma proposta ao Ministério da Educação, através dos seus diversos organismos e Secretarias de Estado, de reformulação da Carta Educativa, no sentido de fazermos uma intervenção de caraterísticas diferentes com a reformulação de algum parque escolar.

No entanto, o compromisso que existe ainda hoje, - não existe outro - por parte do Governo, é o financiamento via fundos comunitários, dum único centro escolar. E por esse motivo ele continua a existir no orçamento e está dotado no orçamento e continuará até ao dia em que exista uma alteração. E assim que abrir novo Quadro Comunitário, nós iremos mais uma vez candidatar este Centro Escolar, porque mais vale ter este do que não ter nenhum e é essa a nossa atitude, em relação ao mesmo.

Se o Ministério da Educação continuar a achar que é a opção para Mirandela e for esse o financiamento que nos der, nós iremos assumir essa situação. Se aceitar a nossa proposta, então iremos fazer a reformulação, dentro do que já foi a nossa proposta, como disse, apresentada a esse Ministério, de reformulação de alguns equipamentos locais, nomeadamente a EB2 Luciano Cordeiro e criar uma estrutura diferente.

Não há definições neste momento, nós não sabemos o que vai acontecer em relação ao novo Quadro Escolar. Têm existido contactos com o Ministério da Educação, através da Secretaria de Estado do Ensino Básico e esperamos que haja uma decisão.

De qualquer forma, a presença destes elementos é previsional.

Terminando, quanto às Juntas de Freguesia, por vezes há coisas que no calor destas Assembleias, têm de ser bem ponderadas.

Eu já tive a oportunidade de reunir com os três Presidentes das Juntas de Freguesia do CDS/PP e olho para aquele lado como também para os Presidentes de Junta do PSD e alguns deles é a primeira vez que me veem, praticamente depois das eleições.

E quando se vem aqui com esta vitimização, às vezes dá a impressão que os objetivos políticos são os mais importantes, quando os mais importantes devem ser os objetivos das freguesias e principalmente os objetivos do nosso concelho.

Em Abambres, há obras na Igreja, porque este Presidente da Câmara negociou com a DREC, intervenções em Abambres, em Avantos, em Guide...fui eu que negociei com eles. E quando me fazem a pergunta se nós vamos fazer investimentos iguais em todas as freguesias, ou vamos financiar de forma igual todas as freguesias, eu respondo sem qualquer complexo "não" porque há freguesias que tiveram beneficiações recentes, por exemplo na rede viária. E há outras que não têm. Porque há freguesias que recentemente tiveram beneficiações, por exemplo nas capelas mortuárias e outras não! Por este motivo o financiamento das freguesias é feito com base numa perspetiva global e não com base numa perspetiva individual.

Eu podia responder, isso sim, que nós temos um problema para resolver. Não sei se leram atentamente os documentos que vos foram enviados, mas há algo que está escrito na Proposta de Aprovação do Orçamento, no Ponto 2, que diz assim: *"Pedido de autorização genérica para no âmbito da gestão corrente, apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conferido na alínea j) do art.º 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desde que em todas as formas de apoio não seja ultrapassado o limite de cinco mil Euros, durante todo o ano de 2014."*

Isto porquê? Porque como nós sabemos e os Srs. Presidentes de Junta sabem, estamos perante um quadro legislativo, que é a Lei n.º 75/2013, que pressupôs a transferência de um conjunto de competências para as juntas de freguesia e a possibilidade de estabelecimento de Protocolos de Delegações de outras competências para as juntas de freguesias.

A posição mais confortável da Câmara Municipal é dizer, agora cumpram a lei e alguém que resolva o assunto. Esta é a posição que a Câmara Municipal pode ter, mais confortável. Cumpram a lei, é o que está na lei, a partir de agora, entendam-se. Nós não somos assim, sempre tivemos uma posição de apoio, sempre estivemos ao lado das juntas, temos um Vereador que está em permanência disponível para as juntas de freguesia e recebe constantemente os respetivos presidentes, independentemente do seu quadrante político ou não e a verdade é que aquilo que nós pensamos é como vamos resolver esta questão,

porque ainda não há uma definição, hoje, sobre como se resolve esta questão das delegações de competências que estão previstas na Lei n.º 75/2013.

Eu digo isto com o à vontade de saber, que excluindo Lisboa, Porto e se calhar Cascais e eventualmente a Amadora, ninguém sabe como vai fazer em relação às delegações de competências e em relação às competências que foram aduzidas às juntas de freguesia nesta Lei n.º 75/2013. Esta é uma preocupação que nós vamos ter que debater em conjunto, os 30 que hoje em dia têm responsabilidade sobre o território, porque não é possível responder desde já e não acredito que nenhuma junta tenha condições para responder, só às competências que lhes foram transferidas pela lei, isto é, aquelas que já são das juntas de freguesias, que nem necessitam de protocolo, quanto mais àquelas que necessitam de protocolo.

Quando me perguntam se todas as juntas vão ter o mesmo tipo de financiamento...não, não vão, garantidamente, até nem que seja pelo território, pelo número de habitantes, pelo número de anexas. Não vão ter. Mas há uma coisa que vão ter, isso sabem que têm sempre e são testemunhas as pessoas que aqui estão. É uma disponibilidade permanente da Câmara para ajudar e é uma disponibilidade permanente para tentar resolver este problema, que ainda estamos a ponderá-lo, em conjunto com outras câmaras. É isso que nós garantimos aqui e é isso que nós garantimos no documento que hoje aqui apresentamos. A mesma disponibilidade de sempre, para apresentar de forma clara, concreta, o que estamos aqui a fazer.

E não obstante os comentários – de quem não quer ver ou não lhe apetece ver – este documento tem uma mudança clara na forma de estar e na forma da Câmara a gerir. E quem não o quer ver, é porque não o viu, porque não o leu ou só aproveitou agora para o ler. Mas a verdade é que há alterações profundas, em toda a estrutura, no documento que hoje apresentamos.

Apresentamos um documento, que nos permite gerir desta forma com que eu iniciei a minha intervenção.

Nós começámos com 28.485.265,70, há um ano atrás e hoje estamos com 25 milhões. É isto que nós queremos continuar a fazer, mas com investimento na rua, ao mesmo tempo.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Srs. deputados, não obstante a atenção e o respeito que cada ponto agendado nos merece, permitam-me lembrar que o Orçamento é o ponto alto duma discussão.

O Orçamento é a plataforma que permite uma ação a uma entidade, uma estrutura ou um órgão, sendo neste caso o Executivo.

Sendo assim, eu perguntava aos Srs. deputados se algum de V. Ex.ª s quer fazer mais alguma intervenção.

Não havendo nenhum pedido de intervenção, então estamos em condições de votar.

Dado não registarmos qualquer movimento, ou registo, vamos votar.

Quem é que vota contra este Orçamento?

Quem é que se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação, foi o seguinte:

Votos contra, 6

Abstenções, 10

Votos a Favor, 40

Aprovado por maioria.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Declaração de voto oral:

É para ficar em ata, se faz favor, que a CDU votou contra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Declaração de voto oral:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É a minha consciência que aqui está e nesse sentido, a votação de abstenção não é nem ser peixe nem ser carne, é dar apenas a este Executivo o benefício da dúvida. Eu gostaria de dizer que o tempo será o melhor conselheiro. Por isso não votei a favor, mas também não votei contra, por isso o sentido da minha abstenção que fique registado em ata esta minha posição como deputado ou membro Independente do Partido Socialista.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP)
Sr. Presidente, Srs. Deputados municipais.
Nós votámos abstenção, como já foi evidenciado.

Declaração de voto escrita:

DECLARAÇÃO DE VOTO DO ORÇAMENTO 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL
Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais:

O Plano e Orçamento deve ser um instrumento de gestão e o vetor da política de desenvolvimento económico e social. Representa, a realidade financeira de um município, os compromissos do passado, as decisões do presente e as perspetivas de futuro.

O Plano e Orçamento em causa, apresenta-se como documento previsional e de opções estratégicas para o concelho de Mirandela. Numa primeira abordagem, o documento é parco na explicação de estratégias políticas que o executivo PSD pretende adotar para 2014. Está refém de um plano de austeridade, que visa ajustar a situação financeira do município, durante um longo e penoso período para os Mirandelenses.

A conjuntura financeira que Portugal atravessa é adversa, impõe-se a necessidade de mais contenção nas despesas de gestão, mais imaginação para contrariar o decréscimo económico que Mirandela tem vindo a assistir e impõe ainda, mais coragem política para abdicar de compromissos partidários.

Neste documento, não existem propostas ou soluções que procurem inverter o ciclo de gestão, ou a desejada "*mudança de paradigma*".Ou seja, as despesas correntes continuam elevadas, apesar de se propor uma redução, e a arrecadação de receita prevista será à custa de mais impostos e taxas.

Todos nós, Mirandelenses, temos consciência das dificuldades em que nos encontramos atualmente e daquelas que se avizinham para 2014, e todos nós, temos confiança plena nas nossas capacidades para levar Mirandela a um patamar de sustentabilidade económica e social.

Porém, o condicionamento financeiro da Autarquia de Mirandela, é já, bem anterior, e foi sempre denunciado pelo CDS/PP. Sempre alertamos para a necessidade de regularização das dívidas, sempre alertamos para a necessidade de tornar os orçamentos mais realistas, mais participativos, com o envolvimento da sociedade civil Mirandelense e das restantes forças políticas.

Porque todos nós estamos a pagar pelos vossos erros de gestão:

- Quantos foram os vários empréstimos bancários e programas de pagamentos de dívidas, apoiados pelo Estado e obtidos para resolver problemas de insolvência de gestão corrente?
- A receita obtida foi sempre à custa de impostos cobrados ou transferências do Estado. Os investimentos efetuados não geram receitas adicionais para o Município;
- As candidaturas aos fundos comunitários ficam sempre aquém das expectativas.

Se existem municípios, que conseguem captar investimentos estrangeiros, que ajudam a criar postos de trabalho no setor privado, que têm uma situação financeira saudável e que pagam aos seus fornecedores a 15 dias. Porque razão, a nossa autarquia não é assim? Será culpa da Oposição? Quem tem governado o município nas ultimas décadas?

Porque motivo, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo CDS, não foram ouvidos para a elaboração do Orçamento, no que concerne aos apoios às freguesias, e às suas populações? Será que foram os únicos, ou haverá mais em situação idêntica?

No que concerne às transferências do Estado para as Autarquias e perante a conjuntura financeira do país, era previsível que as mesmas diminuíssem. Os Municípios têm que encontrar novas soluções e alternativas de financiamento, que garantam a continuidade de um serviço de qualidade aos seus munícipes.

Executar obras com fundos comunitários, merecem, se concretizadas, uma nota positiva.

Porém, é preciso ir mais longe, reduzir a dívida e os prazos de pagamento aos fornecedores e empreiteiros, diminuirá despesa corrente e cumprir as metas do plano de Saneamento Financeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Mirandela vive um estado de emergência. Numa conjuntura como esta que vivemos, esperava-se deste Executivo, que não é novo na gestão do município, menos autoritarismo e mais consenso democrático.

Enquanto políticos, enquanto representantes dos Mirandelenses, neste plenário municipal, é nosso dever criar condições e disponibilizarmo-nos, sem ganhos político-partidários, para encontrar, conjuntamente, soluções aos problemas que afetam muitos dos nossos conterrâneos, em matérias de ação social, de emprego e de educação.

Queremos uma Mirandela mais unida e dinâmica, sem estar refém da cor política no poder.

Este Orçamento assume, objetivamente, compromissos e princípios de "racionalidade, seriedade e transparência". Esperemos que assim seja.

Foi com essa expectativa em mente, que o grupo do CDS-PP assumiu o voto de abstenção, na votação do Plano e Orçamento para 2014.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):
Declaração de voto oral:

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, restantes Membros desta Assembleia.

Não obstante um dos elementos da bancada do Partido Socialista ter-se abstido na votação, a votação dos restantes membros continua a ser aquela que eu tinha indicado, o voto contra a Proposta do Orçamento de 2014. Gostaria que ficasse registado também em ata.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o devido respeito que tenho pela Mesa, queria chamar a atenção o seguinte:

O Regimento é clarinho: voto oral, simples, tudo bem. O voto escrito não tem nada que vir aqui, entregar à Mesa para ser transcrito na ata.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa fez respeitar o Regimento.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros dos 61 que a compõem, deliberou por maioria, com 6 votos contra, 10 abstenções e 40 votos a favor, aprovar o Orçamento, Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2014.

Presidente da Assembleia Municipal:

Temos ainda aqui duas propostas para votar e eu vou lembrar aos Srs. deputados, informando do seguinte:

A Proposta sobre a eleição da Sr.ª Dr.ª Elina Fraga, que foi Deputada desta Assembleia, houve uma concertação, uma confluência de interesses que a Mesa regista com apreço, entre o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, partido CDS/PP e partido da CDU, sobre esse ponto de vista. Está assinado pelos seguintes Srs. deputados: *Dinis Humberto Veiga; Alzira Ramos; David Garrido e Nuno Sousa.* A Mesa congratula-se com este aspeto, porque é eficaz e alcança-se o mesmo desiderato.

Todavia, na proposta de voto de felicitações do Sr. deputado Carlos Fraga, não se integrou e terá que ser votada doutra maneira, porque o Sr. deputado não aceitou.

De modo que, vamos então, Srs. deputados, votar a primeira proposta que foi assinada pelos líderes dos quatro grupos municipais, que é a seguinte:

Voto de Louvor e Congratulações

"Os Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDU e CDS/PP, reunidos em Assembleia Municipal em 27 de dezembro de 2013, propõem:

Um voto de Louvor e Congratulações pela eleição de um antigo membro desta Assembleia Municipal "*Dr.ª Elina Fraga*" para Bastonária da Ordem dos Advogados."

Que esta proposta seja enviada à Ordem dos Advogados e à própria Bastonária Dr.ª Elina Fraga.

Que seja publicado na comunicação local."

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar um voto de Louvor e de Congratulações, à Exm.ª Sr.ª Dr.ª Elina Marlene Sousa Fraga, apresentado pelos grupos Parlamentares dos partidos "PSD, PS, CDS/PP e CDU.

Presidente da Assembleia Municipal:

Dado o facto de a Proposta subscrita pelo membro proponente, PS Independente, Carlos Fraga, não se ter integrado neste propósito, teremos que então também votar este voto de felicitações, que o Sr. deputado Independente do grupo do Partido Socialista apresentou e que já foi lida.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP)

Não sei o que foi lido.

Presidente da Assembleia Municipal:

Porque naturalmente o Sr. deputado não esteve presente, porque o Sr. deputado Carlos Fraga, leu-a.

Sr. deputado e Srs. deputados da Assembleia de Mirandela, o Presidente da Mesa desenvolveu diligências no sentido de haver confluência, congregação e de concertação, não obteve, temos que respeitar o Regimento.

O Sr. deputado Carlos Fraga está a pedir a palavra para dar uma explicação sobre isto?

Faça favor.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Sr. Presidente, obrigado.

É só para esclarecer o seguinte:

Eu não estou a requerer nenhum monopólio especial para mim.

Quando propus essa proposta, não havia proposta nenhuma de nenhum grupo parlamentar. Ela surgiu depois. Eu votei a favor da proposta dos grupos parlamentares.

A minha proposta, enquanto membro, é porque ela é mais explícita e esta que foi aprovada, é demasiado vaga, para aquilo que se pretende e é por isso que eu não a retirei.

Tenho todo o respeito pelos Srs. membros da Assembleia Municipal, pelos diversos grupos parlamentares, mas as máquinas partidárias, têm também que respeitar o estatuto de cada um de nós, filiados ou independentes.

Presidente da Assembleia Municipal:

Portanto o Sr. deputado mantém o desejo de que seja votada? Muito bem.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

É para o Sr. deputado Fraga.

Não venha falar em nome dos outros partidos. Os outros partidos têm a sua honra, a sua dignidade e honestidade naquilo que apresentam.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar esta proposta do Sr. deputado Carlos Fraga.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

A proposta foi aprovada, com a seguinte votação:

Votos contra, 1

Abstenções, 3

A favor, 52

E o Sr. Garrido quer fazer uma declaração de voto.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Declaração de voto:

Eu votei contra, porque ao ser aprovada a primeira, esta perde eficácia.

Não percebo é como as outras pessoas dizendo o mesmo, também votaram a favor.

Presidente da Assembleia Municipal.

O Sr. deputado não retirou a proposta e portanto a Mesa não teve alternativa.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, aprovar um voto de Felicitações à Exm.ª Sr.ª Dr.ª Elina Marlene Sousa Fraga, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Fraga."

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar um voto de pesar que também já foi lido, pelo nosso conterrâneo Sr. *José Ricardo Costa*, com o desejo de um minuto de silêncio.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

Então pedia um minuto de silêncio.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar um voto de pesar com um minuto de silêncio, pelo falecimento do Sr. José Ricardo Costa, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Fraga.

Presidente da Assembleia Municipal:
Interrompemos então aqui. Estaremos às 15 horas para retomarmos os trabalhos.

PONTO 4.3 – 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18 de novembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos membros do PS e cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do CDS/PP), conforme proposto:
1 – Aprovar o 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;
2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:
Srs. Deputados, façam o favor de ocupar os seus lugares.
Vamos dar início a esta segunda parte da Assembleia. Recordo que ainda temos uma série de programas muito importantes. Façam o favor de se sentarem. Temos quórum.
Vou relembrar o ponto da Ordem do Dia, ponto 4.3, 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.
Peço o favor da vossa atenção, não perturbem o andamento do trabalho.
Srs. deputados façam o favor de se inscrever.

Deputado Carlos Fraga, faça favor.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):
Muito boa tarde Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados. Espero que tenham tido um bom almoço.
Quanto a este ponto e parece que todos nós estamos retraídos para participar.
De facto este Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro é um ponto importante.
Não vou acrescentar muito àquilo que aqui vem escrito, mas basear-me apenas na conclusão. É certo que após o visto do órgão competente, que é o Tribunal de Contas, sobre este Plano, concluiu aquele órgão que se verifica um bom caminho. É a tal tendência para o cumprimento dos objetivos para o período inerente à vigência desse Plano e concluiu o Tribunal de Contas que na sua maioria, já estariam implementadas ou em fase de implementação. Depois termina dizendo que *"no entanto devido ao pouco tempo ainda decorrido, não é possível quantificar o resultado patrimonial e orçamental das medidas implementadas, pelo que se remete esta análise para o Relatório a efetuar no final do exercício económico."*
Ainda não conheço esse relatório. Não sei se já há algum estudo preliminar, o que se chama um balancete. Solicito ao Sr. Presidente da Mesa que enderece esta questão ao Sr. Presidente do Executivo para que possa esclarecer.
Neste sentido e não havendo nada de novo, eu respondo em meu nome.
Também queria pedir ao Sr. Presidente da Mesa, que todas as minhas intervenções tidas nesta Assembleia ou noutras futuras, fiquem sempre registadas com o meu nome e na qualidade de deputado do Partido Socialista, Independente. Foi nessa condição que eu inseri as listas de candidato do Partido Socialista, mas cidadão independente. Volto a repetir Sr. Presidente da Mesa: "Carlos José Fraga, PS Independente."
Sendo assim, o meu sentido de voto será decidido desta forma. Se houver algo mais de positivo que me possa fazer mudar o meu sentido de voto, eu ponderarei. Se não, pelo menos dar o benefício da dúvida, que será a minha abstenção.
Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:
Não sei se há mais alguma inscrição, mas enquanto nenhum Sr. deputado se inscreve sobre a questão do Saneamento Financeiro, eu aproveito a oportunidade para relembrar a todos os Srs. membros desta Assembleia, do dever que todos temos de nos cingirmos com a maior objetividade, em relação ao tema que está em apreço e para o qual nos inscrevemos.

Claro que a Mesa tem o dever de ser tolerante e de compreender, mas também todos temos o dever de objetividade em relação ao tema que está proposto.

Não é que venha exclusivamente a propósito do que o Sr. deputado Carlos Fraga aqui disse, a Mesa está sempre com a atenção necessária e suficiente, terá isso em consideração, mas naturalmente que teremos que ter uma pesquisa de retaguarda, em relação aos aspetos legais do seu pedido.

Esse pedido, Sr. Carlos Fraga, também podia ser feito noutras circunstâncias, que não no uso da tribuna.

Podia ser remetida uma nota escrita à Mesa, para tomar isso em consideração e depois sabermos se essa figura de inscrição ou de presença partidária pode ser independente e se não chocarão os conceitos com outro. Temos tempo para resolver isso, para decidir com certezas, em relação à retaguarda jurídica que será preciso estudar e pedir e depois com certeza que falaremos.

Mais alguma inscrição em relação a este ponto?

Não havendo inscrições, eu perguntava ao Sr. Presidente se quer dar alguma explicação para este aspeto importante.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer apenas que este Relatório resulta de uma obrigação que nós temos, de semestralmente fazer uma avaliação do Plano de Saneamento Financeiro.

Tal como diz na Introdução e nos restantes documentos, este Relatório reporta-se à data em que foi executado e teremos que apresentar à próxima Assembleia de fevereiro, um Relatório equivalente.

Nós pensamos, que este, sendo o primeiro, apanhou todos os problemas de início e de arranque deste processo. De qualquer forma, os desenvolvimentos que possam surgir em relação a este documento, para lá dos que aqui estão, podem ser vistos na Informação escrita do Presidente, onde se notam já evoluções, de setembro para novembro.

Todos os semestres virá a esta Assembleia Municipal um documento que fará a explicação daquilo que está a acontecer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 7

Votos a favor, 47

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 54 membros dos 61 que a compõem, deliberou por maioria, com 7 abstenções e 47 votos a favor, aprovar o 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

PONTO 4.4 – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.) – 2014.

---------Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de novembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD, dois votos contra dos membros do PS e uma abstenção do membro do CDS/PP, conforme proposto:

1 – Não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2014;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao Ponto 4.4- Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Sr. Deputado David Garrido, faça o favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre este ponto, o que me apraz dizer? O desagravamento da carga fiscal em particular sobre os rendimentos do trabalho é uma necessidade reconhecida, a que o Governo e a Assembleia da República têm deliberadamente ignorado.

Não faz qualquer sentido, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos, ou de meras opções demagógicas.

Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que "voluntária" da participação dos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

O "benefício" fiscal que resultaria do facto dos municípios abdicarem da participação do IRS, no todo ou em parte, socialmente injusto, por reduzir a carga fiscal, tanto mais, quanto maiores forem os rendimentos, de montante ridículo para cada um dos beneficiários, menos para os de mais altos rendimentos e nulo ou quase nulo, para a generalidade da população. Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e consequentemente degradar os níveis ou qualidade do atendimento aos cidadãos ou em alternativa pressionar no sentido da busca das receitas alternativas noutros impostos, taxas, tarifas ou preços.

Quero dizer com isto que irei votar a favor da proposta apresentada, porque como eu disse, este é um imposto que a autarquia deve arrecadar. A lei que o regula é a 73/2013, de 03 de setembro.

Agora, gostaria, se fosse possível o Município prestar-me a informação detalhada sobre o número de agregados familiares do concelho, a matéria coletável de IRS e a coleta havida de deduções discriminadas pelo escalão do imposto e saber qual é a quantia arrecadada destes 5%. Esta data pode ser complicada no futuro, porque se não for comunicado até ao dia 31 de dezembro, ao contrário do que era anteriormente, que vinham sempre os 5%, se não for comunicado, não vem nenhum.

Irei votar favoravelmente em função daquilo que disse.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição sobre este ponto? Não há mais nenhuma inscrição.

O Sr. Presidente quer dar alguma informação relativamente a este ponto?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. deputados Municipais.

Apenas quero dizer ao Sr. Garrido, o valor, (não obstante qualquer dia sentir-me em alinhamento ideológico com a CDU em certos aspetos que aqui foram mencionados) arrecadado. O número de agregados terei que lho facultar depois. O valor que nós pensamos arrecadar é o que está no Orçamento na receita e é-nos transmitido pelas Finanças, pela estimativa que eles fazem. Não tenho a fórmula de cálculo para lha poder transmitir, mas na receita, a rubrica e o valor que lá estão, são os que existem como estimativa...

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, este valor que é transmitido pelas Finanças, destina-se para alguma rubrica em particular, ou entra na globalidade do Município?

Presidente da Câmara Municipal:

Já agora, o valor em específico, é 549.220,00 e a rubrica é de receita, que não tem ligação, enquanto por exemplo num fundo comunitário, eu tenho uma rubrica de investimento associada a uma rubrica de receita, obrigatoriamente, neste caso não existe. No entanto, aquilo que a Câmara Municipal tem assumido, é que estas receitas são essencialmente dedicadas aos programas de apoio, nomeadamente os programas: PES (Programa de Emergência Social); Regulamento de Apoios Económicos; Apoio às Empresas e são direcionadas nesse sentido.

Já agora, como informação, a Câmara Municipal prescindiu este ano, mais uma vez da derrama, que são cerca de 200.000,00 Euros, considerando que esse é um valor que fica diretamente nas empresas.

Termino dizendo que esta medida também está incluída no Plano de Saneamento Financeiro. Quando foi aprovado o Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara comprometeu-se que, a menos que demonstre que tem capacidade de fazer cobranças acima deste valor, terá que manter esta posição.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, estão dadas informações que foram solicitadas, estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:
Votos contra, 5
Abstenções, 9
Votos a favor, 43
Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 61 que a compõem, deliberou por maioria, com 5 votos contra, 9 abstenções e 43 votos a favor, aprovar não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na Circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2014.

PONTO 4.5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2014.

----------Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04 de novembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD e três abstenções (duas dos membros do PS e uma do membro do CDS/PP), nos termos propostos:
1 – Manter a taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2014, ou seja, de 0,25%;
2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:
Estão abertas as inscrições, Srs. deputados. Sr. Deputado David Garrido pode usar da palavra.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Este é dos tais impostos que eu considero aberrantes. Até pela quantia em si, - pese embora a Câmara Municipal tenha atribuído o valor máximo – eu acho que, quem tinha que pagar este imposto, seriam as empresas e não seríamos nós.
Agora, pedirem-nos, pela passagem de cabos, que tenhamos que pagar um imposto na fatura da eletricidade, não concordo.
Mas como isto é uma imposição governamental, que infelizmente já não é de agora e é um imposto a que a Câmara tem direito. Podia ser menor ou maior, é só isso que está em causa. Está no valor máximo, mas aceita-se.

Presidente da Assembleia Municipal:
Disse e muito bem.

O Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:
Não, como digo não me custa estar em alinhamento ideológico com o Sr. Garrido.
Concordo plenamente que quem devia pagar esta taxa são as empresas. Deviam ser as empresas a pagar e ela ser bastante mais forte. Aliás, há uma grande guerra a nível nacional entre esta taxa e a chamada taxa de ocupação do espaço público. Nós somos defensores que o espaço público deve ser devidamente remunerado por todas as empresas, agora que são privadas, no tempo em que tinham serviço público.
De qualquer maneira, se repararem no orçamento, estamos a falar duma verba de cinco mil e qualquer coisa euros. No fundo isto é apenas para cumprir e para os obrigar a fazerem uma coisa que está associada a esta taxa, é um riport contra os valores que cobram e contra os clientes que têm. Para nós, também é um dado importante do ponto de vista estatístico, para sabermos a cobertura em termos das diversas operadoras de telecomunicações, portanto até nesse aspeto pode ser interessante.

Presidente da Assembleia Municipal:
Obrigado senhor presidente
Estamos em condições de votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
O resultado da votação do ponto 4.5, foi o seguinte:

Votos contra, 5
Abstenções, 2
Votos a favor, 50
Aprovada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 61 que a compõem, deliberou por maioria, com 5 votos contra, 2 abstenções e 50 votos a favor, aprovar manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25%, a aplicar em 2014.

PONTO 4.6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal:

Presidente da Assembleia Municipal:
Passamos ao ponto 4,6 da Ordem do Dia, que trata da eleição dos representantes da Assembleia Municipal.

4.6.1 – Na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), nos termos da alínea b) do n.º 1, 2 e 3, do artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Eu acho que as Propostas devem ser lidas, esclarecidas aos Srs. deputados e depois serem entregues à Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos proceder assim.
Faça o favor de ler.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):
Antes de mais, um esclarecimento sobre isto.
A lei anterior tinha cinco deputados municipais e baixou para quatro e introduziu mais um suplente.
Passo a apresentar a Proposta do Grupo Municipal do PSD:

PROPOSTA (PSD)
O Grupo Parlamentar do PSD propõe em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2013 a seguinte lista para:
A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Efetivos:

1. *José Manuel Lemos Pavão*
2. *Dinis Humberto Veiga*
3. *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa*
4. *António Joaquim Pereira Figueiredo*

Suplente:

1. *Humberto António Cordeiro*

Presidente da Assembleia Municipal:
Deputada Alzira faça favor.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):
Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, meus Senhores, minhas Senhoras.

PROPOSTA (PS)
O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela, apresenta a sua lista de candidatos do Grupo Municipal do Partido com assento na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), nos termos do n.º2 do Artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Efetivos:

1. *José António Costa Ferreira*
2. *Alzira Augusta Ferreira Costa Ramos*
3. *Manuel dos Santos Nestal*
4. *Isabel Maria Branco Barreira*

Suplentes:

1. *Maria Odete Costa Ferreira*
2. *Fábio Emanuel Reimão Correia*

Deputado Nuno Sousa (CDS/PP):
Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais.

PROPOSTA (CDS/PP)
O Grupo Municipal do CDS/PP, apresenta a sua Proposta para a eleição dos Representantes na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), com a seguinte configuração:

Efetivos:

1. *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*
2. *José Maria Faustino da Cunha*
3. *Fernanda Conceição Ferreira Cerqueira*
4. *Jorge do Nascimento Lopes*

Suplente:

1. *Maria Manuela Gândara Gonçalo.*

Presidente da Assembleia Municipal:
Srs. Deputados, entraram três propostas a que daremos as letras correspondentes: "A", "B" e "C".
Antes de votarmos, porque me parece uma votação bastante importante, era capaz de pedir ao Sr. Eng.º *Branco,* se estivesse nessa disposição, de dar uma breve informação aqui, a esta Assembleia, sobre a estrutura das CIM's, das Comunidades Intermunicipais, que são uma nova forma de abrangência administrativa e que todos beneficiaríamos disso.

Presidente da Câmara Municipal (Sr. Eng.º *António Branco):*
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Apenas um pequeno esclarecimento, porque a primeira questão que se pode colocar a esta Assembleia, é porque motivo, quando aconteceu a adesão à Comunidade de Trás-os-Montes, foi decidida nesta Assembleia e hoje isso não acontece. Apenas estamos a eleger os membros da Assembleia Geral da Comunidade Intermunicipal.
Acontece que quando foi constituída a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, foi por vontade própria dos municípios que a constituíam naquela altura por deliberações individuais de cada uma das assembleias.
A Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, assim como a Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega, foram constituídas pelo Decreto-Lei 75/2013, que temos utilizado tantas vezes e que determina a nova Lei das Autarquias Locais.
Ao ser decidida a sua constituição por esta lei, os municípios que não queiram participar nesta comunidade têm que decidir a não adesão a esta. Não é o caso, dado não haver nenhuma proposta nesse sentido.
Entretanto, acontece que existem dois órgãos essenciais na Comunidade Intermunicipal: o Conselho Diretivo que é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos nove Municípios que constituem a nossa Comunidade de Terras de Trás-os-Montes, e a Assembleia Geral, que tem diversas competências. Reúne duas vezes por ano, basicamente aprova o orçamento, as contas e elege o Secretário Executivo.
A eleição dos representantes desta Assembleia Municipal, é feita por voto secreto segundo o método de hondt, conforme o número de habitantes, sendo que neste caso, o Município de Mirandela tem direito a quatro representantes nessa Assembleia Intermunicipal. Tem que ser constituída até ao final deste ano, e a sua instalação vai ocorrer na Assembleia Intermunicipal a realizar na segunda feira (dia 30). Assim, os deputados que venham a ser eleitos, já terão que estar presentes ou fazerem-se substituir na Assembleia Intermunicipal, às 15 horas, em Bragança, para que a Comunidade de Trás-os-Montes possa ter figura

jurídica. Nesta altura, como ainda não foi instalada de forma completa, essa Comunidade intermunicipal não tem ainda figura jurídica constituída. Isto é, tem figura legal dada pela Lei n.º 75/2013, mas não tem figura jurídica, que lhe vai ser conferida pelo ato de instalação final, na primeira Assembleia Intermunicipal.

Se tiverem mais alguma dúvida, estarei ao vosso dispor para qualquer esclarecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, foi muito útil.

Vamos proceder à votação segundo a chamada.

Só recordava que as Propostas que entraram, do PSD, do PS e do CDS/PP, são respetivamente, as Propostas **"A", "B" e "C"**.

Repito:

Proposta "A", do Partido "PSD."

Proposta "B", do Partido "PS."

Proposta "C", do Partido "CDS/PP."

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Vamos proceder à chamada, apenas dos membros eleitos diretamente, para se dar inicio à votação.

O resultado da votação do Ponto 4.6.1, foi o seguinte:

Lista "A" – 16 votos
Lista "B" – 6 votos
Lista "C" – 7 votos
1 voto nulo.

De acordo com o resultado da votação, os representantes da Assembleia Municipal de Mirandela, na Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), são os seguintes membros:

Efetivos:

José Manuel Lemos Pavão e Dinis Humberto Veiga **– "Lista A"**
José António Costa Ferreira **– "Lista B"**
Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa **–"Lista C"**

Suplentes:

Humberto António Cordeiro **– "Lista A"**
Alzira Augusta Ferreira Costa Ramos **– "Lista B"**
Maria Manuela Gândara Gonçalo – "Lista C"

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 16 votos a favor na Lista A, 6 votos a favor na Lista B e 7 votos a favor na Lista C, eleger os representantes da Assembleia Municipal eleitos diretamente. na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), constantes das listas apresentadas.

4.6.2 – No Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos prosseguir para a eleição do Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES).

Pedimos aos representantes dos Grupos Municipais que façam o favor de apresentarem as suas listas.

PROPOSTA (PSD)

O Grupo Parlamentar do PSD, propõe em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2013, a seguinte Lista para:

O Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro.

José Mário Pinheiro Mesquita

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP)
Sr. Presidente Srs. Deputados.

PROPOSTA (CDS/PP)
O Grupo Municipal do CDS/PP, apresenta a sua candidata, à seguinte eleição:

Fernanda da Conceição Ferreira Cerqueira

Presidente da Assembleia Municipal:
Deputada Alzira, pode apresentar.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS)
O Grupo Municipal do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Mirandela, fez a seguinte escolha:

PROPOSTA (PS)
Designação do membro do Grupo Municipal dão Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, apresenta como sua candidata à eleição:

Isabel Maria Branco Barreira

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos votar novamente. A ordem é a que se usou para a alínea anterior.

Partido Social Democrata (PSD) – **"Lista A"**
Partido Socialista (PS) – **"Lista B"**
Partido Popular (CDS/PP) – **"Lista C"**

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):
Só para a CIM é que votam os eleitos para a Assembleia Municipal. A partir deste ponto, votam os eleitos e os Presidentes de Junta de Freguesia, portanto, todos os membros da Assembleia Municipal.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Vamos então proceder à chamada, para a votação.

O resultado da votação do ponto 4.6.2, é o seguinte:

Lista "A" – 39 votos
Lista "B" – 6 votos
Lista "C" – 10 votos
2 votos nulos.

Foi eleito como representante da Assembleia Municipal de Mirandela no Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste, o membro da Assembleia Municipal ***"José Mário Pinheiro Mesquita".***

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 39 votos a favor na Lista A, 6 votos a favor na B e 10 votos a favor na C, eleger o membro da Assembleia Municipal *"José Mário Pinheiro Mesquita"*, representante da Assembleia Municipal de Mirandela, no Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar de Centros de Saúde (ACES) de Alto Trás-os-Montes 1 – Nordeste.

PONTO 4.7 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia:

Presidente da Assembleia Municipal:
Agora o Ponto 4.7, para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Para evitar tantas eleições os Grupos Municipais acordaram o seguinte: meter os seis votos, todos ao mesmo tempo. Como só pode haver duas listas, porque só temos Presidentes de Junta do PSD e o CDS/PP acordamos que se apresentassem duas listas, a Lista "**A**" e a Lista "**B**".
Quem quiser votar já sabe o que faz. Lembramos que cada lista tem 6 votos.

Temos o um - Delegado dos Municípios aos Congressos da ANMP.
O dois – Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.
O Três – Assembleia Distrital.
O Quatro – Conselho Municipal de Educação.
O Cinco – Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios.
E o seis, para o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT).
Aqui, só os Presidentes que pertencem ao Vale do Tua é que podem ser eleitos.
Quem fez as listas teve que ter tido esse cuidado. E é só um ano. Depois são rotativos.
Fez-se assim, porque o Sr. Garrido levantou a ideia (e muito bem) do seguinte: eu posso concordar votar por no 1, 2 ou 3 que está naquela lista, mas no 4 posso querer o da outra lista e até nem querer lista nenhuma. Então, quem quiser votar contra, passa-lhe um traço e o voto não é considerado nulo, é considerado contra.
Quem quiser a abstenção, não vota em nenhuma lista.
Nós apresentamos a seguinte proposta:

PROPOSTA

O Grupo Parlamentar do PSD propõe em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2013, a seguinte Lista como **Presidente de Junta de Freguesia** para:

1. Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).
   Bernardino Manuel Pereira (efetivo) – Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu.
   Amilcar Manuel Silva (suplente) - Presidente da Junta de Freguesia de Cobro.

2. O Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna municipal:
   Rui Miguel Costa Sá – Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas.

3. A Assembleia Distrital.
   Cristina Maria Ferreira Passas – Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador.

4. Conselho Municipal de Educação
   José Eduardo Gomes de Almeida – Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela.

5. Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios
   António Francisco Ricardo Roque – Presidente da Junta de Freguesia de Passos.

6. Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) – todos os Presidentes do Vale do Tua.

   Cristina Maria Ferreira Passas – Presidente de Junta de Freguesia de S. Salvador.
   José Eduardo Gomes de Almeida – Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela.
   Artur Viriato Oliveira Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Frechas.
   Arménio Adérito Vaz- Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.
   Manuel Armindo Pereira Cristino – Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.
   José Manuel de Carvalho Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro.

Eu dava a ideia de a Mesa classificar as listas e colocá-las ali para as pessoas consultarem.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
O Grupo Municipal do CDS/PP, apresenta a Lista de Candidatos às seguintes eleições:

PROPOSTA
Eleições dos Presidentes de Junta

O Grupo Municipal do CDS/PP, apresenta os seus candidatos às seguintes eleições:

4.7.1 Eleição do Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios(ANMP):
António Manuel Abambres Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Cedães.

4.7.2 Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.
Miguel Pilão Belchior Fontoura Cunha – Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro.

4.7.3 Assembleia Distrital.
José Manuel Madureira – Presidente da Junta de Freguesia de Abambres.

4.7.4 Conselho Municipal de Educação.
António Manuel Abambres Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Cedães.

4.7.5 Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios.
José Manuel Madureira – Presidente da Junta de Freguesia de Abambres.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):
Chamo a atenção que têm de preencher os seis ou cinco votos, conforme votem na lista "A", ou na lista "B", ou então passem-lhe um traço se não os quiserem.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Vamos proceder à chamada, para a votação.

Está concluída a votação

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos retomar os trabalhos. A Mesa já está em condições de informar os resultados desta votação.

4.7.1 - Delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para delegado do Município aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o resultado foi o seguinte:

Lista **"A"**, 41 votos
Lista **"B"**, 10 votos
Votos brancos, 5
Votos nulos, 2
Foi eleito o Sr. *Bernardino Manuel Pereira.*

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 41 votos a favor na Lista A, 10 votos a favor na B, 5 votos brancos e 2 votos nulos, eleger o Presidente da União de Freguesia de Avantos e Romeu *"Bernardino Manuel Pereira"*, Delegado do Município de Mirandela, aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

4.7.2 - Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o resultado foi o seguinte:

Lista **"A"**, 40 votos
Lista **"B"**, 11 votos
Votos brancos, 7
Para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal foi eleito o Sr. *Rui Miguel Costa Sá.*

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 40 votos a favor na Lista A, 11 votos a favor na B e 7 votos brancos, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *"Rui Miguel Costa Sá"*, para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.

4.7.3 - Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2.º o Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para a Assembleia Distrital, o resultado foi o seguinte:

Lista **"A"**, 40 votos
Lista **"B"**, 11 votos
Votos brancos, 7
Para a Assembleia Distrital, foi eleita a Sr.ª *Cristina Maria Ferreira Passas.*

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 40 votos a favor na Lista A, 11 votos a favor na B e 7 votos brancos, eleger a Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador *"Cristina Maria Ferreira Passas"*, para a Assembleia Distrital.

4.7.4 - Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.ºdo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para o Conselho Municipal de Educação, o resultado da votação foi o seguinte:
Lista **"A"**, 40 votos
Lista **"B"**, 9 votos
Votos brancos, 8
Para o Conselho Municipal de Educação, foi eleito o Sr. *Eduardo Gomes de Almeida.*

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 40 votos a favor na Lista A, 9 votos a favor na B e 8 votos brancos, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *"José Eduardo Gomes de Almeida"*, para o Conselho Municipal de Educação

4.7.5 - Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios, o resultado da votação foi o seguinte:

Lista **"A"**, 39 votos
Lista **"B"**, 10 votos
Votos brancos, 7
Votos nulos, 2
Para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios, foi eleito o Sr. *António Francisco Ricardo Roque*

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 39 votos a favor na Lista A, 10 votos a favor na Lista B, 7 votos brancos e 2 votos nulos, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Passos *"António Francisco Ricardo Roque"*, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Contra Incêndios.

4.7.6 - Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento n.º 364-A/2013, da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
Para o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT), os resultados foram os seguintes:

Lista **"A"**, 42
Lista **"B"**, 0
Votos brancos, 13
Votos nulos, 3

Foi eleita em primeiro lugar, a Sr.ª Cristina Maria Ferreira Passas.
Nos lugares seguintes, foram eleitos os Srs.:
José Eduardo Gomes de Almeida
Artur Viriato Oliveira Reis
Arménio Adérito Vaz
Manuel Armindo Pereira Cristino
José Manuel de Carvalho Fernandes.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por maioria, com 42 votos a favor na Lista A, 13 votos brancos e 3 votos nulos, eleger a Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador *"Cristina Maria Ferreira Passas"*, para o Conselho Consultivo do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT).

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
O que eu vou dizer é óbvio. Os elementos da Assembleia Municipal que foram eleitos, foram eleitos pela Assembleia Municipal, uns na totalidade e outros eleitos diretamente.
Eu gostaria que nos apresentassem um relatório do trabalho para que foram eleitos.
Não é serem eleitos e depois passam-se os quatro anos e ninguém sabe aquilo que eles fizeram.

Presidente da Assembleia Municipal:
Ficamos todos a perceber esta recomendação do nosso deputado, sendo que nalguns casos seria dispensável, porque todos somos cumpridores e cidadãos conscientes das suas responsabilidades. Mas de qualquer modo agradecemos muito ao Sr. deputado David Garrido, essa recomendação.
Depois no final veremos donde aparecem esses relatórios.

PONTO 4.8 – Proposta de Regulamento da Incubadora Tua Start.

--------Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 02 de dezembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 – Aprovar o Regulamento Tua Start;
2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:
Passemos ao Ponto 4.8, Proposta de Regulamento da Incubadora Tua Start.
Faça favor, Sr.ª deputada Cristina, pode usar da palavra.

Deputada Municipal Cristina Passas (PSD):
Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª Vereadora, Sr. Vereador e meus caros colegas desta Assembleia.
Em primeiro lugar endereço os votos de umas felizes festas, nomeadamente um excelente 2014. Visto que o Natal já se passou, vamos pensar um bocadinho mais à frente, já em 2014.
De seguida, em relação a este ponto, gostaria de fazer uma pequena intervenção, sobretudo uma intervenção de enquadramento. Vou tentar ser breve.
Quando os anteriores regulamentos foram aprovados – reitero o que Sr. Garrido disse - há sempre colegas das bancada que nos pedem...nós gostaríamos de saber no que é que isto vai dar. E é nessa qualidade de Técnica de uma das entidades que está protocolada que o vimos fazer.
Este, é um instrumento de trabalho, não é um instrumento fora de contexto, que foi aprovado no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais, ao abrigo de uma candidatura. Foi um convite que foi feito à Câmara Municipal de Mirandela pelo Instituto da Segurança Social, ao abrigo da Portaria 135-C/2013.
Esse contrato pressupõe uma intervenção em 13 eixos: emprego, empreendedorismo e ação social.
São eixos que estão inter relacionados uns com os outros e assim vão acrescentar um valor uns nos outros, encadeando-se e fazendo com que a população e as empresas possam melhorar de algumas condições.

Assim, o CLDS, funciona neste momento no CACE, já implementou parte do que estava previsto no Eixo 1. São três eixos, os quais eu vou de uma forma muito rápida abordar, sendo que nesta primeira fase é de facto o eixo 1, que já está posto em marcha.

O "Eixo 1", prevê a criação de um Gabinete de Apoio à Inserção e prevê a dinamização do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, o GAEE. Neste gabinete leva-se a cabo a execução de projetos económicos e financeiros, para a instalação de novas empresas ou projetos ou até empregos e a promoção da adesão públicas e privadas sem fins lucrativos, à medida do trabalho socialmente necessário ou atividades socialmente úteis.

O "Eixo 2", irá prever um Centro Cívico, que terá um Gabinete de Apoio e Encaminhamento, às crianças, jovens e famílias, à promoção de reuniões de trabalho entre as entidades parceiras para a definição do modelo constante do observatório de crianças e à criação de um Gabinete de Apoio às próprias crianças, jovens e famílias.

O "Eixo 3", já de facto, num sentido mais alargado, quando os outros dois já estiverem em devido funcionamento, será a promoção da criação de cooperativas, quer sejam económicas, sociais, ou de jovens, ou agrupamentos, de forma a capacitar as pessoas para uma vida em comunidade, efetuando ao mesmo tempo o levantamento e divulgação dos incentivos ou o apoio à criação de cooperativas e agrupamentos produtores.

Como estava a dizer, neste momento e no CACE, já estão em implementação – e nós, os Presidentes de Junta, podemos recorrer aos serviços – dois gabinetes:

O gabinete de apoio à inserção e o que tem como principal função desenvolver parcerias com o Serviço de Emprego de Mirandela, destacando-se no seguinte domínio:

- A informação profissional para jovens e adultos, à procura ativa, de emprego;
- Acompanhamento personalizado de desempregados em fase de inserção e reinserção;
- Captação de oferta de entidades empregadoras.

Nós temos recebido muitas candidaturas nomeadamente do "SEI Património", foram já alavancadas por estes técnicos. Os pedidos de apoios, de reembolso, tudo isso é feito através daquele Gabinete Técnico.

Como dizia, essas medidas são do Centro de Emprego, é estímulo 2013: a contratação à via reembolso, os estágios profissionais, aceitação de ofertas de emprego, o contrato de inserção, o incentivo de emprego, etc.

Eu gostaria também de relembrar que este Protocolo foi assinado a 31 de maio e nessa data, entre as várias entidades que vou elencar.

Em 31 de maio, a taxa de desemprego no concelho de Mirandela era de 2.474 pessoas inscritas no Centro de Emprego.

A 30 de novembro (isso demonstra muito bem a cooperação institucional que tem havido entre as várias partes) a taxa de desemprego no concelho de Mirandela, era de 1.804. Isto é houve uma redução de inscritos no Centro de Emprego, de 670 pessoas, numa altura em que a atividade económica é muito difícil.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª deputada, desculpe interrompê-la, pode repetir a data, por favor?

Deputada Municipal Cristina Passas (PSD):

É assim: o Protocolo foi assinado a 31 de maio e os dados disponíveis no INE (Instituto Nacional de Estatística), diziam-nos e estão disponíveis na Internet, que a taxa de desemprego de inscritos no Centro de Emprego em Mirandela, era 2.474. E o número de desempregados que nós temos a 30 de novembro é 1.804. Houve uma redução de inscritos de 670 pessoas, no espaço de 5 / 6 meses.

Isto demonstra, em termos de efetivos, o que nós andamos a fazer. Demonstra que de facto há muita cooperação entre as entidades, nomeadamente quem tem as medidas e as pode disponibilizar, o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e quem as pode pôr em prática, são as entidades como os próprios Gabinetes de Apoio à Empresa e ao Empresário, as próprias empresas, a Associação Comercial e outras entidades. Este é em relação ao Gabinete de Apoio à Inserção e ao Emprego.

Em relação ao empreendedorismo, o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empresário, tem como missão a captação de novos investimentos para o concelho e assumem-se assim como plataforma de interface entre os empresários, os agentes locais setoriais, com influência na atividade económica, criando condições para um ambiente de negócios competitivo e o crescimento sustentável do emprego local, do auto emprego, centrando a sua atividade nos seguintes domínios: Comércio e Indústria, mas também no setor Primário, da Agricultura. Isto é, é um gabinete que se posiciona de uma forma transversal.

Nós temos lá um caso de um agricultor que já recebeu o subsídio de desemprego e que queria criar uma iniciativa muito pequenina na sua aldeia e nós apoiámos essa iniciativa também. Recorremos a várias formas de incentivos.

Em termos nacionais recorremos ao PRODER. Ao IAPMEI, quando se trata de incentivo ao comércio. Também ao Microcrédito. Há situações que são muito afetas ao Microcrédito, mas é aí que o Regulamento que hoje vamos aprovar e está em discussão, juntamente com os outros que já estão disponíveis (eu não me

canso de falar neles), o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, que está já em vigor, nomeadamente através do seu artigo 4.º, a alínea f) e a alínea e), se tiverem dúvidas e quiserem. De qualquer forma também estamos sempre disponíveis para dar os esclarecimentos necessários.

O incentivo ao Comércio Tradicional, nomeadamente no artigo 4.º, o tipo de apoios, se quer de facto apoiar arrendamentos, com lojas que estão fechadas há mais de três meses; apoio a pequenos investimentos. São ferramentas e instrumentos que o Município, juntamente com as entidades e agentes locais que têm que olhar para os diversos setores económicos, procuram dinamizar e contrariar alguma dificuldade que se sente no dia a dia.

O Regulamento da Zona Industrial e agora, de facto, este Regulamento da Tua Start, que virá completar o ciclo de instrumentos que nós temos para o apoio.

Sendo assim, o GAE iniciou a 10 de setembro de uma forma não continuada, porque era apenas o Coordenador, neste caso, o "Eng.º *Luís Pereira"* e eu e o meu colega da Associação Comercial, que fazíamos atendimento todos os dias de manhã e durante setembro a dezembro, fizemos o acompanhamento.

Entretanto, agora dentro do Contrato Local de Desenvolvimento Social, já está uma equipa a funcionar a tempo inteiro e temos para dizer que neste momento já rececionámos 40 candidaturas, que envolvem o número de 50 pessoas e que estas candidaturas em janeiro (pelo menos cinco ou seis), têm condições de começar a implementar-se no mercado.

Este é o ponto de situação.

Vou só fazer uma pequena leitura de uma coisa que encontrei que dizia:

"*Eu acredito, eu sonho com um Nordeste mais próspero, mais paciente, capaz de dar vida e assegurar trabalho a todos os seus filhos, dispostos a constituir um exemplo de trabalho, ordem, de paz, num mundo revolto de intrigas, ódios e paixões."* (Discurso proferido em Mirandela, pelo Sr. Eng.º *Camilo de Mendonça*, em 11/10/1969).

Eu também acho que todos nós aqui, fazemos das suas "as nossas palavras".

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Boa tarde, Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Exm.º s Srs. Deputados.

Agradeço imenso o enquadramento acabado de fazer pela Dr.ª *Cristina Passas,* porque na verdade, quer na Informação do Sr. Presidente, quer na ata que fui consultar da Câmara Municipal, quer na Certidão que veio para a Assembleia onde estava consubstanciado o Regulamento *"Tua Start",* ficávamos sem esse tal enquadramento. Dava-me a ideia que teria sido uma iniciativa da Câmara Municipal.

Mas independentemente de ter sido ou não, agora depois do enquadramento que foi feito, eu já retiro imensas questões que queria colocar e centro-me nesta: louvamos todas as iniciativas que promovam a empregabilidade e a satisfação humana. Eu acho que nisto tudo, a questão da felicidade, o ter mais não implica com a questão da felicidade, mas a partir dum certo limiar implica a infelicidade.

Portanto é extremamente importante que as pessoas tenham trabalho. Não falo em emprego.

A única questão que eu centraria é se neste Protocolo com sete parceiros, (se calhar podiam ser mais, mas são os que se disponibilizaram para tal) mas afinal os técnicos mediante as candidaturas...eu não queria ter dúvidas sobre a sua capacidade, mas será que quem entrar com os projetos, tem a capacidade técnica para os apreciar! Sem pôr em causa as suas capacidades, mas gostaria de saber um pouco mais quem é que avalia essas candidaturas.

Aprovamos e achamos por bem todas as iniciativas, todos esses desafios que venham centralmente ou quer que seja, desde que se aproveitem bem, somos a favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando me chegou isto às mãos que diz: "*Regulamento da Incubadora Tua Start",* não conheço o enquadramento que a Dr.ª Cristina apresentou e baseio-me só na informação que chegou para nós votarmos.

Ao ler isto, eu considerei que este comodato que foi feito entre a Câmara Municipal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a mim "cheira-me" a uma forma de o Governo Central, chutar para a Autarquia, uma situação que se calhar não queria ter.

Quando nós andamos a acusar que nos retiram serviços, porque o Ninho de Empresas estava a funcionar em Mirandela, que eu fiz parte da Comissão de Acompanhamento durante muitos anos e de quando em vez era chamado para dar o parecer sobre quem se queria instalar no Ninho de Empresas.

Agora, passa para a Câmara Municipal e no seu artigo 9.º, diz: *"estão abertas 24 horas por dia, sendo prestado um serviço de vigilância e segurança."* Quem paga esta vigilância? É a Câmara? São os elementos que fazem parte, ou são os outros elementos que estão lá instalados?

Depois, no artigo 7.º , diz: "*são cedidas pelo período de dois anos, excecionalmente prorrogável por um período adicional de mais um ano, apenas em situações devidamente justificadas."*

A prática o que me diz é que vão passar quatro, vão passar cinco, vão passar seis anos e quem lá está instalado, não sai. Eu gostava de saber quem é que depois vai obrigar as pessoas a sair.

Diz também, saída da empresa "*Tua Start*", na alínea f): *"se, se verificar cessação temporária da atividade da empresa"*. Eu pergunto por quanto tempo, se cessou por um mês, dois meses, ou por tempo indeterminado, gostava de saber.

Na Cláusula 4.ª, o pagamento: "*No ano civil, os valores constantes da tabela de encargos referida no número anterior, poderão ser atualizados unilateralmente, pela Câmara Municipal de Mirandela à taxa de inflação registada no ano anterior, acrescida de dois pontos percentuais.*" Não chega a taxa de inflação, mas vai-se agravar quando se quer beneficiar os empresários que lá estão instalados, agrava-se em mais dois pontos percentuais.

Gostava deste esclarecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente quer dar alguma informação sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

Vou esclarecer apenas algumas questões, uma vez que a Dr.ª *Cristina Passas* já foi bastante esclarecedora, mas acho que existe alguma confusão em relação aos papéis que estão reservados a cada uma das entidades que participam neste Protocolo.

Informar que o Protocolo "comodato", não foi bem um protocolo de comodato, foi um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o IEFP, que pressupõe um conjunto de cláusulas. Por exemplo, uma resposta direta a uma das cláusulas, diz que a vigilância continua a ser da responsabilidade do IEFP.

No fundo, é um contrato de boa vontade para dinamizar um espaço que infelizmente estava com algumas dificuldades em termos da sua dinamização e da sua disponibilidade. Julgo que aquele espaço não foi criado apenas para ter salas de formação e dar formação profissional. Foi criado para gerar empresas e tem gerado muitas e boas empresas em Mirandela.

No entanto, em diversas negociações realizadas pela Câmara Municipal e com o IEFP, foi decidido que era necessário dar-lhe um incremento diferente, um formato diferente e um formato participativo.

Em concreto e para sermos claros, o contrato de comodato existe entre a Câmara Municipal e o IEFP. Isto é, entre duas entidades públicas que estabeleceram esse contrato. Não há nesse contrato nenhuma das outras entidades.

A Câmara Municipal optou por criar uma entidade de gestão, que neste caso não tem só este objetivo. Tem outros objetivos que foram descritos pala Dr.ª *Cristina,* não tem nada a ver com o Cace. Muito do trabalho que tem sido feito, extravasa completamente o Ninho de Empresas, mas decidiu que essa entidade passaria a ter competências de gestão e competências de análise – respondendo á Deputada Odete Ferreira – e preparação dos processos que vão ser submetidos à Câmara Municipal.

Desta forma, este Regulamento é um Regulamento Municipal, senão, não estaria aqui. É um Regulamento em que a Câmara Municipal irá pronunciar-se sobre propostas de instalação nesta "*Tua Start, Ninho de Empresas ou Cace*", mas na verdade foi este o nome encontrado, que são propostas à Câmara Municipal pelo Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor (GAEE).

Isto é, os Técnicos constituem esse Organismo devidamente estruturado nos termos dos critérios que já aqui aparecem, mas nos termos dos outros critérios de análise técnico económica e depois são submetidos à Câmara Municipal que decide sobre o andamento, com base na Proposta. Naturalmente que se as propostas forem positivas, duvido muito que haja decisões em contrário. Mas a Câmara Municipal – quando falo de Câmara Municipal, falo de toda a Câmara – terá a decisão final sobre a instalação de novas empresas neste espaço.

O objetivo concreto do GAEE (Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor) e tendo em conta as suas entidades, está no Protocolo que foi estabelecido na mesma altura em que foi feito este comodato, é que cada uma das entidades presentes contribua de alguma forma com o seu "know how" e a sua capacidade em termos do que já está a fazer, ou em termos do que está a decorrer.

A Associação Comercial e Industrial de Mirandela tem técnicos qualificados – o caso da Dr.ª *Cristina* – que participam neste processo, fazendo a análise, a avaliação, tal como fazem no Programa do Comércio, do URBCOM, que já foram estes técnicos que na altura apoiaram as empresas locais e também o fizeram noutras candidaturas. Eles trazem o seu conhecimento e a sua capacidade para este projeto.

Por exemplo, a Direção Regional de Agricultura dará apoio, participando nestas reuniões ao nível do que hoje em dia são os desenvolvimentos que existem na agricultura em termos de novos projetos, novo PDR e as oportunidades que tem, para empresários que lá surjam.

O IPB, tem um processo de empreendedorismo a decorrer neste momento, – o IPB não está diretamente no projeto, mas está formalmente – tem uma unidade em incubação em Bragança e não tinha espaço de incubação para os jovens de Mirandela.

A partir deste momento, desde que haja uma iniciativa de incubação em Mirandela, na nossa Escola, o IPB irá propor, por essa via, a incubação dos jovens que atualmente queiram fazer isso. E segundo sei, já

temos a proposta de incubação de uma empresa que nasce de jovens que estão a estudar aqui em Mirandela.

Isto é, cada uma destas entidades e não é reservado a este conjunto, são as entidades que acordaram em fazer este protocolo, assiná-lo e de certa forma implementá-lo, são entidades que podem contribuir de alguma maneira (não estou a dizer todas), quer com o seu "nowaut", quer com a sua capacidade, quer com a sua especificidade técnica ou formal. No caso do IEFP, temos duas valências: temos a valência do CACE, esta que está aqui transposta e temos a valência de todo o trabalho que faz o Instituto de Emprego.

Atualmente temos três cursos de formação a decorrer na Escola de Hotelaria, que foram fruto destas negociações, deste entrosamento que se vai criando entre as entidades, para criar cada vez mais oportunidades para conseguir que haja cada vez mais alguma resposta, principalmente aos programas ocupacionais.

Em específico, este Regulamento pretende regulamentar a instalação das empresas no espaço físico, pelo que é complementar, tal como o Regulamento de apoio às empresas ou o Regulamento de Apoio ao Comércio, são Regulamentos que têm responsabilidade direta da Câmara Municipal, na sua decisão, mas que são instruídos por estas entidades.

Falando sobre a vigilância, a energia e mais algumas cláusulas que assinámos com o IEFP, são de responsabilidade do IEFP. A Câmara Municipal ficará com algumas responsabilidades, mas apenas destacaria a água que é a que nós hoje em dia já faturamos, o que são pequenas despesas.

E a nossa opinião não é encerrar um serviço, antes pelo contrário, dinamizá-lo, trabalhar em conjunto, nomeadamente pela instalação de novas unidades, como por exemplo a CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social) que já falou aqui a Dr.ª *Cristina.*

O facto de a atividade estar mantida ou não estar mantida, qualquer tipo destes contratos, têm um elemento de revisão periódica e funcionando lá o GAEE, o objetivo é que haja um acompanhamento permanente, das empresas. Por este motivo, o encerramento, a partir do momento que exista o encerramento de uma porta e que seja comprovado, haverá sempre uma informação técnica porque é sempre o conceito que nós temos, de verificar se porventura as empresas estão ou não estão acompanhadas.

Não pretendemos neste processo...a empresa vem, faz um contrato, entrega-se-lhe o espaço e agora voltamos daqui a dois anos, para ver se isto correu bem. Não é este o objetivo deste Gabinete. O objetivo deste Gabinete é estar em permanência ao pé da empresa, apoiá-la, ter relação, não só as empresas que estão no CACE, mas também nas outras entidades.

Sobre as questões da atualização, devem compreender que o grande objetivo de uma incubadora - digo isto sem crítica, há em Mirandela grandes empresas que se formaram no Ninho de Empresas, mas também há muitas que quando deram o salto, não conseguiram sobreviver - que é fundamental (na minha opinião), é garantir que a empresa tem um percurso de estabilização que lhe permita dar o tal salto, o que significa ser necessário começar a confrontá-lo com as condições de mercado. O valor é quase insignificante, porque a verdade é que é muito mais grave se porventura tiverem que devolver tudo aquilo que receberam como benefício e pode acontecer se não cumprirem os objetivos do projeto. Ainda antes do Regulamento e em forma de teste, já foi decidida pela Câmara Municipal, uma incubação naquele espaço. E o principal é nós conseguirmos chegar daqui a uns dias e dizer assim, de forma direta: este Gabinete, pela Incubadora Tua Start, pelo Regulamento de Apoio às Empresas, pelo Regulamento de Apoio ao Comércio e também pelo Regulamento de Apoio á Zona Industrial, os próprios terrenos da Zona Industrial entrarão no mesmo esquema, conseguimos criar xis empresas e estas xis empresas conseguiram criar e estabilizar xis postos de trabalho.

É esse o grande objetivo, duma forma regulamentar e eu reportava aqui um aspeto que já foi objeto de crítica, mas que eu considero importante.

Todos os processos objeto de apoio, mesmo no Regulamento do Comércio, mesmo no Regulamento de Apoio às Empresas, neste caso da Tua Start, irão à reunião plenária da Câmara Municipal, para que sejam também projetos transparentes e que possam ser avaliados nas suas perspetivas globais.

Do ponto de vista técnico, mais confiança do que a que eu tenho nas equipas que estão a trabalhar neste momento, é impossível. São equipas competentes, técnicas, que sabem o que fazem, já o faziam antes e agora poderão fazê-lo melhor, porque também já estão mais reforçadas em termos de recursos humanos.

Presidente da Assembleia Municipal:
Estamos em condições de votar este Regulamento.
Quem, vota contra?
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:
O resultado da votação é o seguinte:
Não houve votos contra
Abstenções, 1

Votos a favor, 49
Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 50 membros dos 61 que a compõem, deliberou por maioria, com 1 abstenção e 49 votos a favor, aprovar o Regulamento da Incubadora Tua Start.

PONTO 4.9 - Projeto de Modernização Administrativa no Âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – Fase 2.

---------Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:
1 – Aprovar Projeto de Modernização Administrativa no Âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa. Fase 2;
2 – Submeter o referido Projeto a discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:
Passamos ao ponto 4.9: Projeto de Modernização Administrativa no Âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – Fase 2.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):
Exm.º Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Autarquia, minhas Senhoras e meus Senhores.
Eu inscrevi-me para este ponto da Ordem dos Trabalhos, na certeza convicta de que vou votar favoravelmente este ponto e que estou certo que ele irá ser votado por unanimidade.
De qualquer forma, apetece-me fazer alguns comentários. Como é que chegamos aqui? Não sei se leram todos os Relatório que o fundamenta. São 87 páginas a dizer praticamente sempre a mesma coisa. O trabalho que isto deu a fazer e se calhar a ler, quando se trata de um projeto que é a evolução natural das coisas. É um projeto que até tem um apoio financeiro de 90%, é quase uma imposição às Câmaras, de utilizar esta ferramenta de gestão nas áreas da comunicação, de dar aos munícipes a possibilidade de acompanhar o que se passa nos seus projetos, nas suas ideias, naquilo que propõem e saber o que se passa também com a Câmara, muito embora seja uma Câmara transparente. Não ponho isso em causa. Mas o caminho é este, não há outro.
Certo que o projeto é para votar favoravelmente, mas há aqui uma coisa em que eu gostaria que fossem mais arrojados. Escolher só três juntas de freguesia para serem pilotos desta disponibilidade de informação aos munícipes, acho pouco.
Eu fiquei muito entusiasmado, ao ponto de ler as 87 páginas, porque até vi que no projeto se apresenta uma análise "swot" e pensei que o Executivo foi reunir as pessoas num "autsorcing" qualquer e foram os quadros e os vereadores estudar os vetores estratégicos de desenvolvimento da Câmara, para onde se deveriam dirigir, se era para apoio à agricultura e aos produtos da agricultura, para desenvolvimento local.
Também fala no enquadramento do país, mas não fala do enquadramento da Câmara. Fala na situação económica do país, mas não fala da situação financeira da Câmara.
O meu apelo é este: nestes projetos não há que olhar para trás, é para a frente e faço o pedido para que as freguesias teste, sejam mais, para disponibilizar o acesso a todos os munícipes, nesse sentido.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Juntamente com este documento, foi-nos entregue a candidatura "Aviso n.º 1/SAMA/2012". Esta candidatura faz parte integrante desta situação?
Queria chamar a atenção que na caraterização dos municípios de Mirandela já não é isto que existe, devia-nos ter chegado com a alteração.
De qualquer forma estou perfeitamente de acordo e votarei a favor.

Presidente da Assembleia Municipal:
Antes de votar, o Sr. Presidente acha conveniente de prestar alguma informação?

Presidente da Câmara Municipal:
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Eu gostava de dizer que quando não sabemos mais o que havemos de fazer, arranjamos sempre maneira de dar a volta ao texto.

Aproveito este momento para lembrar, que além deste SAMA, a Câmara Municipal participa noutro, em que concorreu solidariamente com os municípios da antiga CIM-T, (Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes) e que só na Associação de Municípios da Terra Quente, estamos a falar de um investimento de cerca de um milhão de Euros em modernização administrativa.

Nós temos o TuaCâmara, que é uma plataforma onde é possível obter informação sobre os processos de licenciamento colocando apenas o número de contribuinte e onde é possível consultar o andamento desse processo.

Quanto a este projeto, o que aparece aqui Sr. Garrido, é a candidatura que foi apresentada ao tempo. Não é alterada, é imutável.

E a verdade, o que é curioso, porque neste caso, ao contrário do que tem acontecido noutros programas, o programa SAMA implica que seja feita uma Declaração de Interesse Público. Eu acho que, quando o Interesse Público é Financiamento e Modernização, é redundante. Mas é o que diz o Regulamento e nós cumprimo-lo. É um bom exemplo, porque este financiamento nem sequer é a 90%, nem 85%, é a 100%. Grande parte do que está na componente não financiada, são recursos humanos municipais, o que significa que nós justificamos essa componente com os recursos humanos que já temos e é financiada a 100%.

Realmente é uma proposta que nós achamos desafiadora para tentar implementar. Se calhar não vai ser possível implementar tudo...digo isto sem grandes problemas, porque muitas das vezes na informática, aquilo que nós aspiramos não é o que alcançamos, quando falamos de inovação. Mas atenção, esta é uma proposta que já vem na linha da frente daquilo que já hoje estamos a fazer. Como digo, este é o "2", nós já temos o "1", que está a decorrer neste momento e este, depois destas aprovações, porque ele está aprovado, mas precisa destes procedimentos todos.

Assim, gostaria de ouvir aqui, que afinal a Câmara Municipal consegue arranjar receitas e consegue concorrer aos programas, mas há sempre uma coisa a dizer, que deita abaixo aquilo que nós todos devemos defender.

De qualquer maneira, tenho a certeza que este será um projeto que terá benefícios para todos os munícipes de Mirandela, com ou sem swot.

Presidente da Assembleia Municipal:
Vamos então votar.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar o Projeto de Modernização Administrativa no Âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – Fase 2.

PONTO 5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia Municipal:
Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
A minha pergunta é muito direta e vai diretamente também, para o Sr. Presidente da Câmara.

Como todos sabemos, a Avenida dos Bombeiros Voluntários, assim como a Avenida das Amoreiras, sofreram uma reestruturação de equipamento.

No que concerne à Avenida das Amoreiras, os passeios continuam uma desgraça. Os Pins para a gente meter dinheiro, lá apareceram.

Gostaria de saber se no orçamento está vocacionada alguma rubrica para onde vai a verba dos parquímetros. E se foi salvaguardada alguma situação para os moradores.

Já foi dito noutras ocasiões que os comerciantes foram ouvidos. Mas aquela rua só tem comerciantes durante o dia. Durante o dia, à noite, aos fins de semana e feriados, tem moradores. Eu vivo há 27 anos naquela rua, o terreno do meu prédio ia a meio da Avenida, foi solicitado às pessoas, na altura, nomeadamente à minha sogra, que contribuísse com uma parte do terreno para o passeio, foi expropriado outro bocado de terreno para fazer os estacionamentos. Lembro-me que na altura o valor do m2 era tão ridículo que acabámos por oferecer a verba à Câmara.

Eu gostaria de saber o que os moradores têm que fazer, porque eu nunca fui convocada para nada. Se foi salvaguardado algum direito de propriedade para os moradores. O meu horário é 8,30 / 17,30. Eu chego a casa e estaciono o carro. Ao fim de semana sou obrigada a levantar-me às 8 horas da manhã para

tirar o carro de frente da minha casa para o ir guardar noutro sítio qualquer? Eram estes pequenos pormenores que eu gostaria de saber.

Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, de manhã questionei a Mesa, nomeadamente o Sr. Presidente da Assembleia, (mas julgo que não estava presente na altura) sobre o extrato da ata de 28 de junho, tendo sido solicitado nessa altura se a Mesa já tinha feito a extração dessa intervenção da ata e tinha enviado para o Tribunal de Contas, que tinha a ver com o facto de o Relatório de Atividades, em abril, não estar acompanhado das referidas contas dos relatórios, das empresas onde a Câmara tem participação, conforme estipula a Lei n.º 2/2007, no art.º 47.º Gostaria de saber algo em concreto sobre essa situação. Se de facto a Mesa ou o Sr. Presidente, tomou essa iniciativa ou não. Na altura não estava presente e quando fiz a pergunta, não obtive a resposta relativamente a esse assunto.

O outro ponto, já que estamos a encerrar a sessão plenária, é desejar a continuação de Boas Festas a todos vocês, junto dos vossos familiares e amigos e que 2014 seja um ano, que apesar da austeridade que vivemos, seja um ano mais criativo e de recuperação económica, para todos nós.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado que se segue, deixe-me dizer-lhe Sr. Deputado Nuno Sousa, que a Mesa está sempre disponível, como V. Ex.ª pode testemunhar, para colaborar, responder, ser eficaz, com o respeito pelo Regimento.

É exemplo recente, a resposta que o Presidente da Mesa lhe deu, através de via telefónica, para resolver alguns assuntos.

Eu não tenho capacidade de lhe responder com eficácia e na globalidade à questão que me põe. Estou disponível, faça o favor de me colocar depois a questão, por escrito ou oralmente e nós através dos mecanismos e da rede que temos de assessores e colaboradores, responderemos.

Algumas vezes a Mesa não tem capacidade de responder, porque tudo isto faz parte de uma rede que é a Assembleia Municipal e todos devemos compreender as dificuldades.

A questão das atas é delicada e acho que a Assembleia, através das suas comissões, eleitas para o efeito, deveriam também opinar como é que as atas devem ser feita. De qualquer modo, estamos sempre disponíveis para explicar tudo o que for possível.

Deputado David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz aqui, é relativamente aos parquímetros. Quem vai fiscalizar? É a PSP? É paga pela Câmara?

Há moradores que têm garagens na zona, que as alugaram e que têm o carro na rua. Como é, vão receber cartão, também?

Também gostava de perguntar ao Executivo se está para breve o avivar das passadeiras.

Temos uma série de passadeiras em Mirandela que praticamente já não se reconhece que são passadeiras e isso é extraordinariamente grave.

Já agora, numa repintura do Parque de Estacionamento do cardal, se é possível alargar mais um bocadinho o espaço.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não querendo invocar a política nacional, de qualquer maneira, qualquer decisão, qualquer tarefa, é seguramente uma política e portanto, inseridos que estamos num território debilitado, ostracizado, compete aos governantes locais olhar para o território que têm que gerir, daí eu apelo por um lado à política nacional e tenho a certeza, - mesmo sendo o Partido que está na Câmara - que muitas das políticas não são subscritas.

Assim sendo, o apelo é que tudo o que seja feito, seja feito com transparência, eivando-se de interesses pessoais e económicos, que de certeza absoluta que muita gente tenta levar a água ao seu moinho.

Resumindo, é preciso haver critérios, em muitas situações. É muito simples o caso que a colega Alzira falou. Numa dada altura tem que se recuar, mas depois para outros já não respeitam o que estava, nem sempre há coerência nessas situações.

Também não percebo porque se alongou o passeio na Avenida das Amoreiras, acanhando o acesso à ladeira do Toural. Acho que ali é uma zona de muito tráfego. Mas pronto é a requalificação. Os técnicos avalizaram, portanto deve estar bem.

Já hoje alguém falou na questão de Centros Escolares, não sei se percebi bem se não. Mas a verdade é que Mirandela está a ficar com muitos edifícios devolutos, por diversas razões. Ou porque são serviços

que vão embora, ou porque se constroem novas instalações, ou por isto ou por aquilo. Há que otimizar o que está construído e dar-lhe uma utilidade pública.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):
Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Faltou ainda fazer uma eleição, para fazermos a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.
E para não fazermos a eleição, eu apresento a seguinte Proposta:

PROPOSTA
O Grupo Parlamentar do PSD, propõe em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2013, a seguinte Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, constituída por:

Mesa da Assembleia Municipal
1 PSD – *Dinis Humberto Veiga*
1 PS – *Isabel Maria Branco Barreira*
1 CDS/PP – *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*
1 CDU – *David Martins Garrido*
Os deputados serão indicados à Mesa da Assembleia Municipal pelos respetivos partidos.

Eu pedia ao Sr. Presidente que pusesse à votação.

Deputado Municipal Rui Sá, Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas (PSD):
Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exm.º s Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social.
Antes de mais, gostava de renovar os votos de um próspero 2014, também já aqui deixado pelas pessoas que me antecederam.
Em segundo lugar, dar as boas vindas aos membros da esta Assembleia Municipal, nomeadamente aos que aqui estão pela primeira vez, mas também aos Srs. Presidentes de Junta eleitos pela primeira vez, quer sejam do Grupo Parlamentar do PSD, quer sejam dos outros grupos parlamentares, desejar-lhes um bom desempenho de funções no mandato para o qual foram eleitos. Gostaria também, a esses, de deixar aqui uma mensagem: que as pessoas que os antecederam têm no trabalho desenvolvido muitas coisas que podem ser aproveitadas para a realização dos mandatos atuais e futuros.
As contas com o passado devem ficar para trás. Devemos agarrar-nos às coisas positivas, e é dessas que nos devemos valer.
Agora mais direcionado para as Juntas de Freguesia, pois é na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia que aqui estou a falar.
A nova Lei n.º 75/2013, o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, relativamente ao anterior Regime Jurídico, traz significativas mudanças.
O Sr. Presidente da Câmara já disse, aqui, que há alguma dificuldade de interpretação. Ainda não se sabe muito bem em que direção devemos ir, mas é este regime que está em vigor e enquanto não houver uma clarificação ou revogação de alguns artigos, é com ele que temos de viver. É a este que temos de obedecer.
A redução das juntas de freguesia de 37 para 30, trouxe alguma dimensão às Uniões de Freguesias tal como que hoje são, mas as outras ficaram na mesma porque também já eram um pouquinho maiores do que as que foram agregadas.
Meus amigos, o tempo e este Regime Jurídico não se coadunam com isolamentos e que cada um trabalhe per si. Vou dar um exemplo muito prático: se hoje qualquer um de nós, Presidente de Junta de Freguesia, tiver um problema num caminho agrícola que precise de o resolver e que recorra à Câmara Municipal para que lho resolva, eu não sei se a Câmara Municipal o poderá fazer. Esta é a realidade pura e dura. E perante esta situação, somos colocados num facto novo, que ainda ninguém deu conta onde está.
O que eu proponho aos Srs. Presidentes de Junta, juntamente com a Câmara Municipal é que se encontrem mecanismos de "associação" entre três ou quatro juntas de Freguesia, adquirir uma retro escavadora e fazer a gestão dela para recuperar caminhos. Hoje, os caminhos agrícolas são um dos principais problemas das freguesias rurais, que somos todas!
Há também outra coisa muito grave, a dificuldade em transitar nos caminhos com as silvas que para eles vão caindo, dificulta muito o acesso dos bombeiros em casos de incêndio e temos tido uma significativa área ardida.
Efetivamente nós não temos sido um concelho exemplar na conservação dos caminhos agrícolas.
Conheço outros municípios que têm duas máquinas de rastos, uma moto niveladora e duas retroescavadoras que estão constantemente a trabalhar na conservação de caminhos agrícolas.
É verdade que a Câmara tem feito algum esforço, tem pago a privados, temos conseguido e não estamos assim tão mal. Mas a realidade é outra e eu sugiro a todos que nos entendamos e que olhemos

para o futuro de uma forma diferente. O que passou, passou, o antigo Regime Jurídico era muito diferente deste.

Também queria dizer que hoje nos debatemos com graves problemas. Pelo menos eu debato-me na minha freguesia e não tenho problemas em falar deles. Há outros colegas que apontam sempre as coisas positivas, têm outra forma de ver a questão, terão também a razão deles.

Temos graves problemas de mobilidade nas freguesias rurais. Os transportes públicos acabaram ou quase acabaram, a população está muito envelhecida, a população idosa está com problemas sociais graves, dificuldades "sabe Deus" para comer, quanto mais para pagar a táxis e a carros que os transportem ao hospital, que os transportem para cuidados médicos e para as mais diversas situações.

Isto cai em cima dos presidentes de junta. Eu tenho-me farto de ir transportar pessoas da minha freguesia, com o meu carro, para trazer ao hospital, para levar ao Instituto de Medicina Legal, etc.., etc.... Tenho a certeza que os outros que aqui estão sentados têm feito o mesmo, ou até mais do que eu.

Esta situação tem que ser encarada por todos nós de frente, temos que a colocar ao Executivo Municipal e temos que olhar para ela com olhos de ver.

Já falei da parte social, mas queria-a abordar num ponto que é: eu tenho tido a experiência na minha freguesia e sei que noutras tem sido a mesma coisa, a Câmara Municipal tem tido uma atenção muito especial para a parte social e realmente tem conseguido resolver as situações mais graves. Temos que continuar com este esforço, intensificá-lo, temos que vir às reuniões do CLAS, identificar estas situações e temos que ajudar a resolver os problemas sociais, que são hoje a obra mais importante das nossas freguesias.

Vou responder ao desafio que o Sr. Garrido me fez. Acho que acabei de ser empossado para o Conselho Cinegético Municipal e tenho a dizer-vos uma coisa: eu sou Presidente da zona de caça de Vale de Gouvinhas há quase nove anos.

No Domingo passado tivemos cerca de 100 pessoas, a caçar em Vale de Gouvinhas e dessas 100 pessoas, 90% almoçaram lá no bar da associação.

Obviamente que é receita que fica para a associação, mas também nas pessoas que estão a explorar o restaurante. Isto podia ser multiplicado pelo concelho. Eu disse aqui, há sete ou oito anos, que o concelho de Mirandela ainda não tinha despertado para a caça. Hoje, "graças a Deus" já despertou. Dei até o exemplo do concelho mais rico do país que era Loulé e dos bons exemplos, o valor que Loulé - tendo outras receitas, nomeadamente do turismo, da praia – dava à caça.

Temos que olhar para a caça como uma oportunidade, sei que alguns presidentes de junta são também presidentes das zonas de caça e outros não. Esses têm que se abeirar dos presidentes das zonas de caça e em conjunto temos que trazer caçadores para o nosso concelho.

Vendeu-se muito azeite em Vale de Gouvinhas no Domingo passado, vendeu-se muita azeitona de conserva, vendeu-se muito tudo e isto tem que ser multiplicado pelo concelho. Temos que os acarinhar que nos visita, temos que ir até eles e temos que trazer esta riqueza para o concelho de Mirandela.

É este desafio que eu queria deixar aqui, com votos de um feliz 2014, para todos.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, sem ser maçador ou repetitivo, solicitar ao Sr. Presidente da Mesa, que o estatuto que hoje aqui tomei, que não vou voltar a frisar e o método perante o Regimento atual, que seja o mesmo que foi usado para com um ex deputado desta Assembleia, de nome *Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa.*

Dizer também que recebi com agrado e apreciei, um balanço, desde a tomada de posse do anterior mandato, (23/10/2009) desde 2009 a 2013.

Não sei se era isto que o Sr. Presidente da Mesa se propôs, quando consultou todos os Srs. deputados da anterior legislatura, se era este balanço que pretendia. De qualquer maneira, registo e acho interessante.

E não melindrando a honra de ninguém, mas que a minha dignidade e a minha honra, enquanto pessoa e cidadão do Município, também não seja atropelada por quem quer que seja.

Está a terminar mais um ano civil de 2013, há que apostar, há que agir, há que motivar, há que ter ação e reivindicação.

Ainda hoje de manhã chamaram aqui a atenção do túnel do Marão, que estava parado. É verdade, infelizmente, para todos nós. Porquê? Porque não há dinheiro, porque são precisos 350 milhões de Euros e que vão onerar até ao ano "x" ou"y". Mas eu pergunto se será mais importante arranjar ou não arranjar os 350 milhões, ou será que as vidas humanas que já se perderam na famigerada IP4 e muitas delas no troço do Marão, não valem mais do que esses 350 milhões? Há dinheiro que pague uma vida? Que poder de reivindicação temos nós?

Para 2014, temos que ter esse poder de reivindicação e de ação.

É louvável que na nossa região e particularmente no nosso concelho, que se fale do que é nosso, que haja eventos na cidade, na vila e nas aldeias. Agricultura, turismo, gastronomia, música e cultura.

É que na verdade, nós temos a montanha, temos os rios, temos o vale, temos o frio e o calor, temos água, neve e a geada. Temos o azeite, o vinho, os morangos, o mel, a amêndoa, o queijo, a batata, as couves pencas e a cereja.

Se temos tudo isto, porque razão, mesmo assim, vamos sendo cada vez menos? Há que ter ação e motivação que leve os nossos jovens a ficar aqui na nossa terra.

Torna-se imperioso a existência de empreendimentos, que tendo por base projetos mais ou menos arrojados, tenham necessariamente de contar com a vontade política nacional e de quem comanda os destinos do nosso concelho e da nossa região.

A esperança é a grande palavra para 2014. Continuação de Boas Festas para todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de sugerir ou pedir ao Sr. Presidente se tem alguma coisa a dizer sobre as intervenções que nos precederam, eu gostava de informar os Srs. deputados e de lhes garantir, que a Mesa, no seu conjunto, trata os Srs. deputados com igual respeito e consideração, fazendo cumprir o Regimento, que é a nossa Carta de Procedimento.

Todavia e como aqui foi dito e referido nominalmente um Sr. deputado que fez parte da Assembleia anterior, se houve aqui alguma questão em que a Mesa tivesse operado ou tratado com desigualdade, eu desafio o Sr. deputado *Carlos Fraga,* a dizê-lo aqui e agora, para podermos corrigir, não a mão, mas o procedimento.

Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não se trata de desigualdades, trata-se aqui duma questão de não haver dois pesos nem duas medidas.

Quando em determinada altura, eu afirmei em liberdade e consciência e acima de tudo com educação, porque não me ensinaram a tratar quem quer que seja de uma forma arrogante e também nunca senti da parte de ninguém e muito menos do Sr. Presidente ou da Mesa.

Quando eu referi o nome daquele Exm.º Deputado, é o mesmo estatuto que se aplica à minha pessoa. Não estou a dizer nem a apontar à Mesa que fui tratado em momento algum, com menos importância.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, está dada a explicação.

Antes de dar a palavra à Sr.ª Deputada Fernanda Cerqueira, permitam-me V. Ex.ª s. que leia o art.º 47º, n.º 4 do Regimento da Assembleia Municipal, que diz assim: *"os membros que não integrem qualquer grupo municipal ou dele se desvinculem, comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como independentes.* Sr.ª deputada Fernanda Cerqueira, faça favor, tem a palavra.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa noite...dum longo dia.

Ao longo destes quatro anos aprendi a gostar da Assembleia Municipal e acho que nos devemos valorizar cada vez mais, a nós próprios que estamos aqui.

Hoje foi o primeiro dia para alguns, além da Tomada de Posse, foi a primeira vez que estiveram aqui nesta Assembleia e custa-me um bocado e peço desculpa, mas além do Regimento, que eu sei que vai ser feito um novo e que se vai pensar, eu não sei se seria de ponderar haver um intervalo ao meio da manhã, se calhar depois do "Período Antes da Ordem do Dia", para não haver estas saídas, que já fomos às vezes alertados e para não haver o incómodo de pessoas a entrar e a sair.

Também sei que dizem, que só são precisas 48 horas para nos entregarem atempadamente a informação, mas parece-me que hoje e para aqueles que começaram pela primeira vez, acabamos por ter uma Ordem de Trabalhos muito extensa. Às vezes não dá para prepararmos com cuidado e independentemente de nós sabermos qual vai ser a eleição, ou a votação, também fomos eleitos por munícipes que querem saber um bocadinho mais daquilo que nós estamos a aprovar e daquilo que nós estamos a dizer.

Para nós podermos fazer uma preparação em que nas intervenções, porque aquilo que sai é apenas um bocado só as atas, podermos dizer nas intervenções, o que é que nós concordamos, o que é que nós não concordamos, principalmente em coisas tão importantes como a aprovação do Orçamento e outras coisas.

Uma Ordem de Trabalhos tão extensa, se calhar daria para duas vezes desde que a preparássemos mais. Fico triste quando vejo aqui "Períodos de Antes da Ordem do Dia" e "Períodos de Assuntos de Interesse para o Município", que pouco têm disso e depois debater uma Ordem do Dia. Eu hoje também não fiz nenhuma intervenção nessa altura, porque é Natal, esta data não foi propícia para se preparar, não recebi os documentos atempadamente, não os pude analisar.

Quero fazer um apelo às pessoas que vieram de novo, para também contribuírem para valorizarem aquilo que nós aprendemos a valorizar, pelo menos com os Seminários que foram realizados sobre a Assembleia Municipal.

Um obrigada, um feliz mandato e um Feliz 2014 para todos.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para responder de forma concreta às perguntas que aqui foram colocadas:

Dizer que em relação aos parquímetros...valha-me Deus...foi aqui aprovado o Regulamento. E se admito que quem não estava cá tenha dúvidas, quem cá estava, no mínimo podem recuperar o documento.

Não obstante essa questão, como é de conhecimento público, estamos neste momento a instalá-los na Avenida das Amoreiras, mas o próprio Regulamento pressupunha outra zonas da cidade, e acho que já o disse aqui.

Há assuntos de pormenor que estão a ser alterados nesse Regulamento, nomeadamente o que tem a ver com áreas, com algumas alterações legislativas e eventualmente a questão que levantou o Sr. Garrido, da PSP. A nossa opção é para que seja a PSP a fazer esse trabalho, no entanto também há desenvolvimentos legais que obrigam a que o contrato entre as Câmaras e a PSP sejam feitos em modalidades diferentes.

No mês de fevereiro traremos aqui uma alteração ao Regulamento, onde estes assuntos poderão ser debatidos de forma concreta. Recordo que já foi aqui aprovado um Regulamento de Estacionamento Tarifado em Mirandela, que definiu as zonas, definiu as formas, não foi uma coisa que nós decidimos há dois dias e que a Câmara se lembrou de pôr parquímetros. Não foi assim, houve um Regulamento que foi aqui aprovado, que foi aqui debatido, que teve toda a oportunidade de debate.

Sobre os moradores e não moradores, eu recordo-me de haver uma manifestação na rua, na Avenida das Amoreiras com um comerciante, acredito que os moradores também tenham observado esse momento em que os comerciantes e aquelas pessoas que ali estavam, exigiam a colocação de parquímetros para dinamizar comercialmente aquela zona...eu recordo-me disso.

De qualquer das formas, contamos ter aqui o Regulamento em fevereiro, para que depois o funcionamento desses parquímetros, não sofra qualquer tipo de problema do ponto de vista legal. Atenção que há um conjunto de regras no âmbito deste Regulamento que têm que ser concretas.

Quanto às passadeiras, não será para já Sr. Garrido. Iremos aguardar o princípio da primavera, porque nesta altura pintar, resulta de forma negativa, porque as pinturas em tinta normal, a que nós utilizamos é a tinta plástica, que é térmica e que não pode ser aplicada nesta altura. Contamos na primavera fazer uma intervenção significativa nesta área. Não é só nas passadeiras, também achamos que hoje em dia a chamada sinalização horizontal, em Mirandela, está com alguns problemas.

No Cardal está a ser feito pelos Serviços Técnicos, um projeto para reformular o Cardal na sua componente global. Isto é, dar-lhe uma reformulação, na zona de entrada, na zona de saída. Há um conjunto de alterações, porque tem quatro saídas e quatro entradas e o lógico é que se entre por um lado e que se sais pelo outro, até para evitar problemas de constrangimento. Nessa altura essa situação poderá ser avaliada também do alargar os lugares e reformular os lugares.

Parece que perante a Câmara Municipal não existe mais nenhuma questão, pelo que aos Srs. deputados municipais, a todos aqueles que assistiram a esta Assembleia, Público e naturalmente à Câmara Municipal, os votos de que em 2014, os nossos desejos se concretizem, mas principalmente, que a nossa amizade se reforce.

Muito obrigado a todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar uma Proposta do Grupo Parlamentar do PSD, para eleger uma Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

Como já foi lido e eu repito:

- Mesa da Assembleia
- 1 Elemento do PSD
- 1 Elemento do PS
- 1 Elemento do CDS/PP
- 1 Elemento da CDU

Depois, os grupos municipais dão indicação do nome do seu representante. Aliás um dos grupos já nos fez chegar o nome, o que revela bastante eficácia.

Algum dos Srs. deputados quer fazer algum esclarecimento antes de ser votado?

Deputado Municipal Paulo Pontes:

A minha questão é se a Comissão para a Revisão do Regimento não prevê que o novo Regulamento seja aprovado na Assembleia de fevereiro, ou seja se a Comissão não estipula um tempo.

Presidente da Assembleia Municipal:
Acho que não deve ficar estipulado. A Comissão depois apresentará os seus trabalhos.
Será célere e será empenhada, mas não é fácil a revisão do Regimento.
Cada Assembleia tem as suas caraterísticas próprias, de participação e de interesses.
Permitam-me que eu tenha um desabafo. Como sabem já fizemos duas revisões, eu participei nelas, tinha uma ideia mais objetiva sobre o que são os regimentos sobre o funcionamento da assembleia e concordo com o que alguns dos membros dessas equipas me diziam.
De facto cada Assembleia tem um comportamento próprio e acho que o Regimento deve ser o mais adaptado possível às circunstâncias e às caraterísticas deste aspeto de representatividade global.
Pela nossa parte, que estaremos presentes e coordenaremos, como é uso e costume, prometemos celeridade e prometemos rapidez e depois será discutida, comentada e criticada em Assembleia e só depois é que será votada

Então sendo assim,
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Está aprovada por unanimidade esta comissão para o Regimento.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, constituída pelas Mesa da Assembleia Municipal e pelos membros da Assembleia Municipal, *Dinis Humberto Veiga, Isabel Maria Branco Barreira, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa e David Martins Garrido.*

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO
Falta ainda perguntar aos Srs. Munícipes se estão presentes e se querem usar da palavra, antes de terminarmos esta longa Assembleia.
Não vejo nenhum munícipe e sendo assim damos por terminada esta Assembleia, com os cumprimentos da Mesa.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão, eram 18 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL LEMOS PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR.ª MARIA EDUARDA DE FREITAS F. NEIVA ROSA